

UNIÃO POPULAR
ANARQUISTA
(UNIPA)

PARA AS BARRICADAS!

O ANARQUISMO REVOLUCIONÁRIO
E O LEVANTE DE JUNHO DE 2013

(TEXTOS ESCOLHIDOS)



UNIÃO POPULAR
ANARQUISTA
TERRASÊMAMOS

UNIÃO POPULAR ANARQUISTA (UNIPA)

PARA AS BARRICADAS!

O ANARQUISMO REVOLUCIONÁRIO
E O LEVANTE DE JUNHO DE 2013

TERRASEMAMOS

Brasil, 2023

© Editora Terra sem Amos, 2023.
© União Popular Anarquista (UNIPA), 2023.

Editora Terra sem Amos
instagram: @tsa.editora • facebook: /tsa.editora
twitter: @tsaeditora • tsa.editora@gmail.com

União Popular Anarquista
twitter: @unipa_br • unipa@protonmail.com
uniaoanarquista.wordpress.com

Autor:
União Popular Anarquista (UNIPA)

Edição:
Alexandre Wellington dos Santos Silva

Revisão gráfica:
Francisco Raphael Cruz Maurício

LICENÇA CREATIVE COMMONS (CC BY-SA)

Atribuição-CompartilhaIgual

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

U 58 União Popular Anarquista.

União Popular Anarquista. Para as barricadas: o anarquismo revolucionário e o levante de junho de 2013 - textos escolhidos. Editora Terra sem Amos: Brasil, 2023.

134p.

ISBN: 978-65-89500-50-6

1. Socialismo 2. Anarquismo 3. Brasil I. União Popular Anarquista II. Título.

CDD: 320.57

320.531

Índice para catálogos sistemáticos:

1. Anarquismo (320.57)
2. Socialismo (320.531)

Sumário

10 ANOS DO LEVANTE POPULAR DE JUNHO DE 2013.....	05
AVANÇAR NA LUTA PELO PASSE LIVRE! A LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO É A LUTA CONTRA O CAPITAL ULTRAMONOPOLISTA!	13
COLHENDO O QUE SE PLANTA: AUTORITARISMO, APARTIDARISMO E ANARQUISMO	17
VIVA O LEVANTE POPULAR: A JUVENTUDE COMBATIVA E O ASCENSO DA LUTA DE MASSAS NO BRASIL!.....	23
CONVOCAÇÃO PARA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL!.....	31
A BATALHA DO RIO: A SOLIDEZ BURGUESA E REFORMISTA SE DESMANCHA NO AR INSURGENTE DAS MASSAS.....	35
ENTRE A DEBANDADA E A TRAIÇÃO, A SAÍDA É	39
O LEVANTE DOS MARGINALIZADOS: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES POPULARES NO BRASIL	49

AS JORNADAS DE JUNHO E O CIRCO DE JULHO: DIANTE DO FASCISMO DAS CENTRAIS É PRECISO COMBATER O GOVERNISMO E REFORMISMO EM MÚLTIPLAS FRENTES 67

DA PERIFERIA PARA O CENTRO: QUAL O PAPEL DA LUTA POPULAR NA CAPITAL FEDERAL? 75

A IMPORTÂNCIA DA LUTA CAMPONESA E INDÍGENA NA ATUAL CONJUNTURA: A ESTRATÉGIA DA AÇÃO DIRETA FRENTE AO REFORMISMO 89

A BATALHA DA SERRINHA E A JUVENTUDE COMBATIVA: ENTRE A REPRESSÃO DO ESTADO E A DECADÊNCIA REFORMISTA, CONSTRUIR A AÇÃO DIRETA POPULAR!. 95

AS TAREFAS IMEDIATAS DO PODER POPULAR: O CASO DA GREVE DOS PROFESSORES DO RIO DE JANEIRO E SUA LIÇÃO PARA OS TRABALHADORES 107

ANARQUISMO E VIOLÊNCIA: AS TAREFAS E LIMITES DA TÁTICA "BLACK BLOC" 119

EM DEFESA DOS BLACK BLOCS: AMPLIAR AS TÁTICAS DE RESISTÊNCIA PARA TODA CLASSE!..... 123

O QUE É O ANARQUISMO?..... 127

10 anos do levante popular de junho de 2013

14 de junho de 2023

Junho de 2013 está marcado na história recente do Brasil como o ano do maior levante popular dos últimos 100 anos. As maiores manifestações, em números absolutos, e em dimensão territorial ocorreram simultaneamente nos dias do mês de junho de 2013.

ANTECEDENTES DA REVOLTA POPULAR

As manifestações iniciaram por uma pauta concreta, o transporte público. Tradicionalmente, as máfias dos transportes públicos aumentam as tarifas no começo do ano. Naquele ano de 2013 ocorreram fortes manifestações contrárias aumento das tarifas em Porto Alegre-RS ainda em março. Goiânia-GO e Natal-RN em maio contra o aumento das passagens, com bastante violência policial em todas as cidades. Repetindo manifestações e enfrentamentos de anos anteriores, Salvador-BA com a Revolta do Buzu em 2003; Florianópolis-SC com a Revolta da Catraca em 2004, no Rio de Janeiro-RJ com uma Revolta contra o Fim do Passe Livre

em 2007; em Natal-RN com a Revolta do Busão em 2012.

Mas em 2013 o contexto para grandes manifestações já estava formado para além das lutas contra o aumento das tarifas do transporte público. Haviam as “megaobras do PAC”, programa de aceleração do crescimento do governo Lula/PT que criava infraestrutura em regiões distantes dos grandes centros, como as hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, esta ultima a mais conhecida por ter sido construída em terras dos povos do Xingú. Esta ultima foi reconhecida como causa do Etnocídio de povos que mudaram suas relações em decorrência da construção dessa usina.

Além das megaobras em si, as relações de trabalho nestes canteiros de obras eram degradantes. Marmitas com comida estragada e colchões sujos eram oferecidos aos operários que frequentemente realizavam fortes manifestações contra as péssimas condições de trabalho. Nestas manifestações, constantemente tinham que atropelar o sindicato oficial, enfrentar a violência policial e da Força Nacional de Lula/PT e depois de Dilma/PT. Portanto, já havia um cenário de agudizamento da contradição Estado x Povos com as megaobras, sendo o Estado dirigido pelo Partido dos Trabalhadores-PT.

As cidades que sediaram Copa de 2014 passaram por fortes arranjos estruturais, obras nos estádios e na área de mobilidade urbana. A necessidade de retirar populações pobres das zonas em que os turistas passariam levou a uma série de remoções, em que as prefeituras e governos estaduais pudessem “higienizar” as regiões com turistas. Essas remoções levaram a uma série de lutas locais pelo direito a moradia que foram ganhando força. O Comitê Popular da Copa, articulação nacional que concentrava acadêmicos e militantes de partidos de esquerda e ativistas autônomos também interferiu nas lutas contra as remoções.

Por último, no ano de 2012 houveram 873 greves, o maior numero de greves desde 1997 segundo o DIEESE. Já

em 2013 o mesmo DIEESE identificou 2.050 greves. O maior número de greves de toda a série histórica. O que demonstra que o levante popular de junho de 2013 foi também fruto de um processo em que as contradições sociais e políticas apontariam para movimentos espontâneos de nossa classe como forma de reação as contradições conjunturais e estruturais. Realizamos essa análise teórica desde 2003 quando da formação da UNIPA, e desde então trabalhamos nacionalmente no sentido da construção desses movimentos que pudessem fugir das amarras do Estado, das burocracias sindicais e partidárias. Assim, aliamos uma análise teórica a uma prática militante coerente¹.

O LEGADO DE 2013, ENTRE AS NARRATIVAS PTISTAS DE "GUERRA HÍBRIDA" E A REALIDADE CONCRETA.

Levantando esses dados, observamos que o cenário montado com a Copa do Mundo de 2014 era um cenário de perda de moradia para as comunidades atingidas, precarização das condições de trabalho para os operários das megafábricas do PAC, perda das terras para as comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais, aumento de custo de vida nas cidades com os constantes aumentos de passagens, além do aumento de custo de vida.

A repressão contra aqueles que lutam levou o governo Tarso Genro/PT do RS a invadir a sede da Federação Anarquista Gaúcha – FAG por duas vezes em junho e outubro de 2013, sequestrando livros e computadores. E em outubro, invadindo casas de militantes do PSOL e PSTU também sequestrando livros e computadores.

As narrativas do reformismo degenerado (PT/PCdoB) ganharam força após o golpe parlamentar de 2016 contra

¹ <https://bit.ly/3CwjWTI>

seu governo. A ascensão de Temer/MDB seguido de Bolsonaro/PL levaram ativistas e militantes próximos ao reformismo renovado (PSOL, PCB) a avaliarem como negativo o levante de junho de 2013, afirmando que foi o levante que nos levou ao governo Bolsonaro/PL. Nada mais pobre em teoria e prática.

Esse é o argumento ressentido do PTismo por terem perdido o controle das ruas em vários momentos e seu ápice em 2013. Também o ressentimento dos partidos da ordem burguesa que foram rechaçados por muitas vezes nas ruas ao se identificarem.

Ou seja, a reação autoritária de querer suprimir a participação dos partidos é a reação proporcional e inversa ao trabalho que tem feito estes partidos nos últimos anos de suprimir a ação das massas, de tutelar e reprimir essa ação (os partidos de direita, como PSDB, PMDB, e os reformistas também). Que esse sentimento se expresse primeiramente de forma autoritária, não é de se estranhar. Assim, os partidos reformistas estão colhendo o que plantaram: autoritarismo. Estão agora arcando com a reação legítima de que nem não quer aceitar a tutela reformista e as eternas decisões de cima para baixo, tão ao gosto das burocracias. O que gera isso não é o anarquismo, mas o autoritarismo de décadas, a burocratização e as traições das entidades e direções. (Colhendo o que se planta: autoritarismo, apartidarismo e anarquismo – 19 de junho de 2013)

Entendemos a reação autoritária das ruas contra as/os militantes de partidos da ordem, mas defendemos a liberdade de organização e de propaganda, nos contrapondo as posições autoritárias e apontando onde o combate as burocracias podem ocorrer

Onde a juventude deve combater as posições dos partidos

reformistas e sua feição autoritária sem usar de armas autoritárias, ou seja, sem voltar autoritarismo contra autoritarismo? Nas assembleias de base, nos locais de trabalho e nas associações e manifestações. Não é pela supressão do direito de portar bandeiras que se combate o autoritarismo e a burocracia reformista. Mas é realizando a ação direta classista e combativa que se faz essa diferença. Lutando para manter o poder nas bases de trabalhadores e estudantes, com a revogabilidade dos mandatos e a direção coletiva. Lutando contra a burocracia nos congressos de trabalhadores e estudantes, combatendo a burocracia e o autoritarismo no cotidiano. (Colhendo o que se planta: autoritarismo, apartidarismo e anarquismo – 19 de junho de 2013)

Assim, a narrativa de que o levante de junho tenha ocorrido como fenômeno preparado de uma Guerra Híbrida contra o governo PT é uma narrativa que abstrai as contradições internas, abstrai a luta de classes, a concentração de riquezas, neste caso, na mão dos empresários do transporte público, o contexto de violência do Estado contra o povo como já listamos mais acima, ou seja, é uma teoria que recusa a luta de classes e o materialismo como ferramentas para compreender uma sociedade partindo apenas dos interesses geopolíticos.

As manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e outros grandes centros, convocadas contra o aumento das passagens de ônibus pelo Movimento Passe Livre – MPL, logo foram se massificando devido a brutalidade da violência policial mas também pelo trabalho de década do MPL e a urgência da pauta, visto que o aumento das passagens significava aumento do custo de vida. Em especial o 13 de junho em São Paulo, que foi uma forte e grande manifestação contra o aumento das passagens, também convocada pelo MPL.

Logo, as manifestações que tinham uma pauta específica, ganharam a sociedade. A mídia burguesa que estimulava a

repressão contra as manifestações percebeu que a repressão não iria frear a fúria popular, passando assim a disputar as pautas, empurrando a pauta contra a corrupção, buscando diferenciar o “bom” e o “mau” manifestante. Algo comum em um movimento de massas, ter vários campos em disputa, sendo assim, era natural que a direita também tentasse disputar as ruas. O que não era esperado é que a esquerda, abandonasse as ruas.

Logo após a manifestação do dia 20 de junho que reuniu 100 mil pessoas, o MPL anuncia em 21 de junho de que não iria mais convocar novas manifestações. A razão apresentada foi de que “uma vez que se revogou o aumento, o objetivo inicial das manifestações foi cumprido. E não tem sentido a gente continuar chamando as manifestações contra o aumento”. Na prática o MPL abandonava a mobilização popular entregando as ruas para a direita que aproveitou o vácuo político deixado.

VITÓRIAS DA MOBILIZAÇÃO POPULAR

Em que pese o campo do PT/PCdoB se aliar a direita e afirmar que não fez bem lutar, dezenas de cidades reduziram o preço das passagens de ônibus ainda em 2013, fruto da mobilização popular, deixando o ensinamento que a luta de massas traz frutos imediatos.

Entre os meses de junho e julho de 2013, 104 cidades reduziram o preço da tarifa de ônibus². Até 25 de março de 2023 somam 75 cidades com “tarifa zero” em que a população anda de ônibus sem pagar passagens. Destas, 62 implementaram o Tarifa Zero após o levante de junho de 2013. Sendo uma consequência prática das mobilizações populares.

² <https://bit.ly/3PivbqD>.

A greve dos Garís do Rio de Janeiro entre abril de maio de 2014 foi uma greve com características insurgentes. Uma insurgência contra a prefeitura e contra a burocracia sindical. Uma greve que ganhou a sociedade que passou a apoiar e dar ainda mais visibilidade para a luta da categoria. Assim como a greve de professores do RJ no mesmo ano. A insurgência de 2013 reverberou nas escolas que foram ocupadas por todo o Brasil em 2016 contra a Reforma do Ensino Médio, sendo uma clara continuidade de métodos de 2013. Assim, o levante de junho também foi pedagógico para a classe trabalhadora.

LEGADO DE 2013 PARA OS REVOLUCIONÁRIOS E POVOS DO BRASIL.

Por isso o problema não é saber se o povo pode se sublevar, mas se é capaz de construir uma organização que lhe dê os meios de se chegar a um fim vitorioso – não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro. (Bakunin)

O legado de junho de 2013 é duramente combatido pela direita que entende que a única ação política é realizada pelo Estado. Também por aqueles que querem controlar as mobilizações populares, por quem não aceita a perda da direção política em meio ao processo.

Mas o legado de junho também é um legado de aprendizado para as organizações revolucionárias. A revolta se dissipou, muito pela violência do Estado, perseguição judicial como o caso dos 23 do RJ, mas também pela ausência de organicidade entre aqueles milhares de manifestantes, ativistas que pudessem dar um salto a organização pulverizada, mídia ativistas, novas organizações de esquerda, coletivos de rua entre outros.

Para fazer a revolta se expandir no espaço e se sustentar

ao longo do tempo, ao invés de se dissipar pela violência estatal e perseguição judicial, é preciso que a contestação social, que tanto animou os aguerridas protestos, seja levada ao cotidiano do povo. Essa é uma primeira tarefa. Para isso acontecer, é preciso dar um salto da *mobilização* de manifestantes na rua para a *organização* do povo em seus locais de trabalho, estudo e moradia. A segunda tarefa é federalizar essas lutas locais de uma forma progressiva, que vai do nível municipal ao nacional, passando pelo estadual e regional. Para isso acontecer, é preciso dar um salto do *localismo* para o *federalismo*.

Assim, a organização combativa e federalista do povo funcionará como impulsionadora, mantenedora e protetora das mobilizações de rua, evitando sua dispersão pela repressão estatal e seu cooptação pelo reformismo ou reacionarismo.

Contudo, construir vitórias para a causa do povo é um processo árduo que implica reerguer a força coletiva da classe trabalhadora, dos oprimidos e dos povos do Brasil num contexto de crise da auto-organização popular.

Os anarquistas encontram na prática do sindicalismo revolucionário a solução para este problema. Esta é a estratégia capaz de fazer com que a revolta não seja episódica e operada apenas por combativas, mas limitadas manifestações de rua. O sindicalismo revolucionário abre a possibilidade para que a revolta possa se tornar parte do cotidiano do povo e impulsionar a força coletiva de trabalhadores, estudantes, desempregados, moradores de favelas, cortiços e periferias, das gentes das pequenas cidades do interior e dos assentamentos rurais, dos povos em aldeias indígenas, em reservas extrativistas e em quilombos de norte a sul, leste a oeste deste país.

Avançar na Luta pelo Passe Livre! A luta pelo transporte público é a luta contra o capital ultramonopolista!

17 de junho de 2013

As manifestações populares contra o aumento das passagens que irromperam nas últimas semanas no Brasil estão marcando uma ruptura de conjuntura. Os movimentos já estão ajudando a colocar na pauta não somente as reivindicações econômicas dos trabalhadores e estudantes, mas problemas sociais e políticos e problemas do próprio movimento de massas.

O movimento começa com uma reivindicação: redução dos preços das passagens. É certo que a redução do preço das passagens em si mesmo não significa tudo, mas significa muito. Reduzir o preço das passagens tem um impacto direto sobre o nível salarial da população mais pobre. Segundo os dados do DIEESE em janeiro de 2013 o salário mínimo necessário para suprir a vida de uma família deveria ser de 2674,00 reais e agora em maio é de 2873,00 reais. Ou

seja, o salário mínimo de 678 reais somente no primeiro semestre desse ano perdeu quase 1/3 do seu valor real. Mas além disso, essa reivindicação é importante por ser um passo no sentido do controle dos trabalhadores sobre o transporte público para a tarifa zero. A redução ou suspensão dos aumentos deve ser parte de uma plataforma mais ampla, política e econômica. A pauta econômica é a luta contra a super-exploração e os efeitos da crise mundial. Controlar a margem de lucro do capital monopolista é a única forma de elevar o nível de vida dos trabalhadores.

Devemos reivindicar a redução das passagens e suspensão do aumento. Mas em segundo lugar devemos reivindicar a abertura de todas as contas das empresas concessionárias de transporte público, fazer uma ampla devassa para avaliar os lucros e certamente a alegada “necessidade” dos aumentos será desmentida. Em terceiro lugar formar um comitê de controle dos transportes públicos composto por usuários e trabalhadores para avaliar as contas e criar as condições para que não se subordine os interesses e a vida dos trabalhadores à máfia dos transportes.

Essas medidas práticas apontam para uma solução classista e combativa da luta, que apresente a solução para óbvio: o arrocho salarial que começa a massacrar a classe trabalhadora, especialmente aquela que ganha salário mínimo. Em segundo lugar, o movimento e os protestos explicitaram, em boa hora, a deterioração do legalismo e da hipocrisia reformista e estatal. A repressão brutal está mostrando o caráter autoritário do sistema político e colocando no centro o debate político da criminalização dos movimentos sociais.

Nesse sentido, setores governistas e reformistas do movimento apelam e apelarão e farão coro com as forças reacionárias denunciando o “vandalismo”. Ao mesmo tempo, a dura experiência das lutas no campo e na cidade estão mostrando que todos os instrumentos são legítimos para

conter o abuso de poder e a arbitrariedade. O Estado policial e prisional já se assanha. Mas se surpreende ante uma resistência que imaginava amordaçada e amarrada pela burocracia sindical e estudantil.

Mas essa aliança entre o Estado, a burocracia estudantil e sindical irá se voltar cedo ou tarde contra o movimento. Por isso é preciso colocar que tarefa do movimento, propriamente política não é a defesa da democracia em abstrato, mas a defesa dos direitos de auto-organização e manifestação e a luta contra a criminalização, primeira face do autoritarismo e eventualmente da ditadura. E a legítima defesa individual contra o autoritarismo e pela autodefesa coletiva de massas devem ser defendidas como direitos históricos dos trabalhadores.

Outra tarefa fundamental do movimento é ampliar as mobilizações. Nesse sentido é preciso que a luta seja levada aos locais de trabalho e estudo. Para isso é preciso convocar os trabalhadores à greve. Greve contra o aumento das passagens, greve contra o abuso de poder e autoritarismo. É preciso combinar uma série de paralisações nas diferentes categorias para engrossar as mobilizações nacionais para transformar efetivamente a luta pela redução das passagens na luta pelo passe-livre. É preciso paralisar as escolas, as universidades e levar estudantes e trabalhadores para as ruas imediatamente. É preciso então construir greves setoriais que possibilitem a convergência das mobilizações de trabalhadores, convocando paralisações para os dias dos atos! Por isso a tarefa da militância revolucionária e combativa é convocar as greves e paralisações para fortalecer a luta pelo passe livre.

GREVE CONTRA O AUMENTO, GREVE CONTRA À CRIMINALIZAÇÃO E GREVE CONTRA OS MEGAPROJETOS!

PASSE LIVRE JÁ! RUMO À GREVE GERAL!

Colhendo o que se planta: autoritarismo, apartidarismo e anarquismo

19 de junho de 2013

Um recente documento do PSTU, intitulado “Anarquismo e socialismo: o individual e o coletivo nas mobilizações de massas”, tenta ser uma “defesa da democracia”, uma crítica ao anarquismo e ao mesmo tempo uma análise dos movimentos e protestos da juventude. O documento nem é uma análise séria do anarquismo e menos ainda dos protestos da juventude brasileira.

O documento mostra bem as contradições do marxismo reformista brasileiro. Apesar de ser do PSTU, o documento poderia ser subscrito por quase todos os partidos comunistas e socialistas do Brasil. Ele coloca que o conteúdo do anarquismo é o “liberalismo-individualismo” e, nesse sentido, é um texto tacanho da história do movimento operário e socialista. O anarquismo que o PSTU acusa não é o anarquismo que existe no Brasil, o bakuninismo ou mesmo o ecletismo. Ele ignora essas expressões e reduz o anarquismo a um mero fantasma saído dos seus delírios individualis-

tas. Ignora que grande parte do sindicalismo mundial foi construído pelos anarquistas socialistas e coletivistas. Essa postura é típica da historiografia marxista: o partido único começa por se construir ao negar a pluralidade da história do movimento operário. Nesse aspecto, eles projetam na sua visão da história o autoritarismo que alegam combater: para estes, a história do movimento operário é a história do pensamento único, do marxismo. Essa análise tacanha, que qualquer historiador amador sabe hoje em dia que não corresponde a realidade, está nas raízes dessa invenção de um mal, que o texto pretende combater.

Existe um sentimento de negação do sistema político, dos partidos e de seu papel reacionário? Sim, já dissemos. As análises das eleições burguesas que realizamos mostram isso. O voto nulo e abstenção não são necessariamente sinal de despolitização, mas de uma ruptura profunda com o sistema político. É um indício de que as massas rejeitam os partidos políticos e as eleições burguesas, que desconfiam da mesma.

Quais as raízes desse sentimento antipartidário? Os partidos burgueses são máfias, o povo olha esses partidos como quadrilhas de criminosos e saqueadores. Mas e os ditos partidos da classe trabalhadora? Esses, PT, PCdoB, PSOL e PSTU, o que tem plantado? Os partidos reformistas e marxistas (com raríssimas exceções) tem uma relação instrumental com o pluralismo e a democracia. A democracia serve para expressar as posições do partido quando em minoria. Quando majoritários, essa democracia entra em contradição com as posições do partido e é atropelada sem cerimônias. E aqui está uma das raízes do “apartidarismo” que eles pretendem combater. Esses partidos têm relações extramente desrespeitosas e autoritárias com as bases nos movimentos sindical e estudantil. Eles atropelam as instâncias e sistematicamente traem as causas e lutas das categorias.

É possível que esse sentimento crítico se apresente como desvio de direita? Tudo é possível. Mas a emergência do antipartidarismo e sua expressão nas manifestações é apenas um primeiro momento do processo de formação desse movimento de massas. O debate político está apenas começando. E está muito longe de ser um sentimento de direita. Existe um discurso conservador, que tenta despolitizar através do antipartidarismo? Sim. Mas também existe também outro discurso conservador que tenta despolitizar partidalizando-a, como se a mera existência de partidos fosse sinal de democracia e politização. Se assim fosse o Brasil seria o país mais democrático do mundo. Mas não é. De toda forma, essa rejeição apresenta uma oportunidade dos reformistas reavaliarem criticamente suas práticas burocráticas, sob o risco de serem atropelados pelo movimento popular, com bandeiras e tudo.

Ou seja, a reação autoritária de querer suprimir a participação dos partidos é a reação proporcional e inversa ao trabalho que tem feito estes partidos nos últimos anos de suprimir a ação das massas, de tutelar e reprimir essa ação (os partidos de direita, como PSDB, PMDB, e os reformistas também). Que esse sentimento se expresse primeiramente de forma autoritária, não é de se estranhar. Assim, os partidos reformistas estão colhendo o que plantaram: autoritarismo. Estão agora arcando com a reação legítima de que nem não quer aceitar a tutela reformista e as eternas decisões de cima para baixo, tão ao gosto das burocracias. O que gera isso não é o anarquismo, mas o autoritarismo de décadas, a burocratização e as traições das entidades e direções.

Qual a solução efetivamente anarquista? Bakunin, Makhno, Durruti sempre foram defensores da liberdade, mas também foram ferrenhos defensores do poder de decisão das bases. Um exemplo: os anarquistas sempre foram ferrenhos opositores da Igreja e da religião. Mas faz parte do programa revolucionário anarquista a liberdade religiosa. O

mesmo acontece com a liberdade partidária. É certo que todos devem ter liberdade de expressão nas manifestações populares. Todos devem ter o direito de portar suas bandeiras. Isso é uma necessidade: a autoridade se combate com a liberdade, o autoritarismo não vai levar a uma política revolucionária, mas sim à reformista e reacionária. Ao método autoritário de impor o apartidarismo para tentar combater o reformismo, o anarquismo se vale do método libertário de combater reformismo, por uma teoria, programa e forma de organização revolucionária de massas. A própria ação irá expurgar os recalcitrantes e conservadores.

Como combater o autoritarismo e o peleguismo do reformismo? Pela auto-organização e pela ação direta de classe. Nesse sentido, as ações de massa como as tentativas de tomada do congresso nacional e da ALERJ servem para diferenciar. Mas esse combate não pode começar nem terminar na rua. Ele tem de acontecer nas ruas e no cotidiano, nos locais de trabalho e estudo. Onde a juventude deve combater as posições dos partidos reformistas e sua feição autoritária sem usar de armas autoritárias, ou seja, sem voltar autoritarismo contra autoritarismo? Nas assembleias de base, nos locais de trabalho e nas associações e manifestações. Não é pela supressão do direito de portar bandeiras que se combate o autoritarismo e a burocracia reformista. Mas é realizando a ação direta classista e combativa que se faz essa diferença. Lutando para manter o poder nas bases de trabalhadores e estudantes, com a revogabilidade dos mandatos e a direção coletiva. Lutando contra a burocracia nos congressos de trabalhadores e estudantes, combatendo a burocracia e o autoritarismo no cotidiano.

É nesse sentido que convocamos os militantes e a juventude trabalhadora a construir uma tendência classista e internacionalista, única vacina contra a burocracia sindical e partidária reformista. As massas deram um grande passo: redescobriram a ação direta. Agora é fazer surgir do calor

das batalhas a auto-organização de uma tendência classista e internacionalista pela criação de oposições de base.

NEM AUTORITARISMO, NEM REFORMISMO!
PELA AUTO-ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA
E DA JUVENTUDE!

Viva o Levante Popular: a juventude combativa e o ascenso da luta de massas no Brasil!

20 de junho de 2013

Os protestos populares nas diferentes regiões (Rio Grande do Sul, Goiânia, São Paulo e depois Rio de Janeiro e Brasília) que tomaram por tema a luta contra o preço dos transportes se apresentam como o principal elemento de conjuntura dos últimos oito anos. Eles representam um desafio prático e teórico ao movimento revolucionário. Quais suas causas? Quais os seus sujeitos? Ele é um movimento “novo”? Ele representa uma oposição “total” aos movimentos anteriores? Eles são compatíveis com a democracia? Qual a real agenda dos movimentos?

Em primeiro lugar temos de situar historicamente os protestos. Podemos dizer que o Governo Lula teve instrumentos de contenção dos movimentos sociais. Tanto macroeconômicos quanto políticos, de cooptação. A partir da posse de Dilma esses instrumentos entraram em processo

de deterioração. As lutas dos operários das grandes obras, as lutas dos indígenas. Depois a grande greve do funcionalismo público e das universidades de 2012. A greve das universidades e a participação do movimento estudantil na luta contra o Governo Dilma preparou em parte o terreno para as lutas que eclodiriam em 2013. Muitos militantes de hoje foram formados nessas jornadas.

A mídia burguesa e os pseudocientistas sociais tentam, atônitos, explicar o surgimento das mobilizações. Somente eles achavam que a sociedade estava parada ou contemplada no Governo do PT. E tentam anular os sujeitos coletivos e criar uma mistificação de que os movimentos surgiram pelas “redes sociais”. As redes sociais foram um meio fundamental. Mas não foram o sujeito principal.

Nesse sentido, podemos dizer que dois componentes se combinaram. De um lado, uma mudança no campo governista, de direção. A UNE e FOE-UNE resolveram romper com sua política de amarrar o movimento estudantil e levar os estudantes para as ruas. De outro, uma mudança nas bases, vários militantes e coletivos independentes e alguns vinculados a partidos de esquerda, confluíram para as mobilizações. Dessa maneira, não existe um movimento totalmente “novo”, nem é uma mera replicação do movimento estudantil. O movimento estudantil está apresentando antecipadamente uma crise interna entre o Governo do PT e suas bases sociais já ensaiada em 2012. No ano passado vimos a primeiro choque entre a articulação partidária / Governo Federal e a articulação sindical da CUT. Esse ano vemos o choque entre o PCdoB e suas organizações de massa, a UNE e o Governo Dilma. Ou seja, o campo governista começa a refletir as contradições.

Mas a combinação dessas mudanças de direção e das bases explicam o caráter nacional dos atos. Não explica nem sua dimensão qualitativa nem a dinâmica, que foi comple-

tamente imprevisível e que dependeu da entrada em cena de um único fator: a juventude trabalhadora e universitária e setores não-organizados (e logo, não tutelados pelo governismo e pelo para-governismo). As redes sociais foram o meio de se chegar a esses setores. Não foram o sujeito. É difícil definir causas, mas atos cresceram em participação conforme cresceram em radicalização e repressão.

A ideia de anular os sujeitos coletivos, múltiplos e plurais que existem não é ingênua. Ela apenas reforça ideia de que os trabalhadores não se organizam, são incapazes. Ou o capital (a tecnologia da internet) e o indivíduo (redes sociais), é sujeito ou procura um sujeito centralizado, formalizado. O trabalhador e suas formas coletivas locais e particulares são apagados da história. O fetiche tecnológico faz parte da campanha ideológica da burguesia de negar a existência da ação de massas.

Mas sendo espontâneos e organizados simultaneamente, organizados porque espontâneos e espontâneos porque auto-organizados, os atos não foram efetivamente dirigidos em sua plenitude por nenhuma força política. E é exatamente por isso que eles assumiram progressivamente a dimensão combativa e depois de levante popular nos dia 16, 17 e 18 de junho, com a tentativa de protesto nos estádios (RJ e DF) e com a tentativa de ocupação do Congresso Nacional, a ocupação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e depois da prefeitura de São Paulo. O que isso significa? Vandalismo contra bens públicos? Contra o patrimônio histórico?

Os atos foram direcionados para dois alvos principais: os megaeventos, ou seja, o modelo desenvolvimentista do PT e contra os núcleos do poder estatal. Devemos fazer uma análise dos acontecimentos e questionar a campanha burguesa de criminalização da ação direta popular. Devemos situar a eclosão dos protestos violentos no quadro histórico recente.

A juventude trabalhadora e estudantil tem sofrido com a perseguição política e a violência da PM nas periferias do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (devemos lembrar que um estudante foi assassinado em Brasília em 2013 numa blitz e da repressão brutal dentro da USP). Mas, além disso, a primeira tentativa de construir atos “pacíficos” com a palavra de ordem “sem violência” lançada pelos reformistas foi desastrosa. A violência foi iniciativa da polícia.

Qual foi a estratégia do discurso da mídia corporativa? Procurar um “ataque inicial” que possa justificar a repressão e colocar a atuação da política como uma resposta à violência. Mas além da repressão que poderíamos usar para questionar esse discurso, existem ainda várias ações específicas nos últimos meses: 1) assassinatos e prisões de jovens e estudantes em várias partes do Brasil; 2) o desalojamento violento da Aldeia Maracanã no Rio de Janeiro no primeiro semestre; 3) as ações de abuso policial nos primeiros dias de protesto. Ou seja, a violência estava dada. O que faltava era a resistência. E ela surgiu.

Os setores das massas marginais às organizações e ao sistema político se organizaram em pequenos grupos e individualmente. Centenas de pequenos grupos de estudantes e trabalhadores se formaram no ato do Rio de Janeiro. Não somente para enfrentar nas ruas, mas os grupos de advogados e médicos que se formaram para apoiar a luta. As organizações políticas como a UNIPA e outras, eram um universo pequeno dentro de outra força da qual ela faz parte, mas que não se encontra organizada, ou melhor, que está se auto-organizando para a resistência e para a reivindicação social e política. E é claro que o movimento é heterogêneo na sua composição e expressão ideológica, que ainda não está definida. Mas esse é seu maior desafio e maior virtude.

A tomada da ALERJ em 18 de junho expressou o desejo de luta de todos. De todos os que sofrem e morrem nos hos-

pitais públicos. Os que sofrem nos transportes públicos. Os que sofrem nas mãos da polícia e do Estado. Os “vândalos”, as “classes perigosas”, os indesejáveis sempre estiveram aí. Eles estavam sussurrando, através do voto nulo, através da resistência passiva. E agora passaram a ação. E na ação eles se defrontam com a violência do Estado e a violência simbólica dos jornalistas e pseudocientistas. E certamente esse processo, amadurecendo e se desenvolvendo, será o fator fundamental da conjuntura política.

1 - A LUTA CONTRA A REAÇÃO: CLASSISMO E LUTA ENTRE REFORMA X REVOLUÇÃO

Os protestos populares provocaram uma rápida reação da burguesia: a criminalização. Eles taxaram o movimento de “baderna” nos primeiros dias e convocaram a repressão. A brutalidade policial e o apoio popular levaram, primeiramente, às contradições e depois a uma mudança de linha. A burguesia, o Estado e a mídia corporativa criaram a polarização entre “vandalismo x movimento pacífico”.

De maneira geral, essa polarização é aceita como base dos próprios partidos reformistas. Daí o fato de rapidamente o PSTU, o PSOL, PT e PCdoB fazerem coro com a rede Globo e o Governo Federal. Dessa maneira, a agenda política dos Partidos reformistas é aquela da mídia corporativa e do Estado e isso ajuda a aumentar a antipatia e antagonismo entre essas manifestações autônomas e as organizações partidárias. Por quê?

Porque essa é uma falsa contradição. Porque essa contradição é vazia? A propaganda é a política por outros meios. A política expressa nesses conceitos é a política da reação. Quem ataca, quebra não está apenas quebrando objetos. Está atacando os símbolos e conceitos da dominação burguesa. Responde com violência simbólica e a violência simbólica e real de 500 anos de opressão.

O discurso contra o vandalismo é uma forma de violência simbólica contra o povo, contra a juventude pobre e trabalhadores precarizados. Porque os atos dos manifestantes foram taxados de vandalismo? Porque eles atingem e questionam o núcleo do poder reacionário. Em primeiro lugar, eles constituem uma manifestação espontânea de um povo julgado incapaz, passivo. Em segundo lugar, os atos têm alvos específicos: bancos, propriedades públicas que representam o poder de Estado e história de exploração. E por fim os levantes foram direcionados para o poder legislativo e executivo, ou seja, para o foco de todo movimento revolucionário. A falsa contradição, portanto, visa despolitizar um movimento que questiona os fundamentos do poder reacionário em atos de resistência de massas.

Porque podemos falar da violência simbólica? Porque ela apenas reforça a legitimidade do Estado, dos governos e dos empresários e caminha de mãos dadas com a violência policial-militar. Ao criar essa falsa contradição, se pretende criar a divisão no movimento de massas entre um setor que pode ser legitimamente alvo da repressão e outro que não. Um setor que é ator político legítimo e outro que não. A reação está se organizando para defender: 1) o caráter absoluto e inquestionável da propriedade privada; 2) a legitimidade absoluta do Estado e de seus atos, e mesmo os mais violentos e arbitrários. A reação, representada pelo capital monopolista, pelo Estado e pela coalizão partidária no poder precisa então ganhar a sociedade para esse discurso. A campanha contra o vandalismo é apenas farsa. A defesa do patrimônio histórico também.

Por que o capital pode demolir o Maracanã, patrimônio histórico? Por que o Museu do Índio pode ser demolido, desalojando os indígenas e não é considerado patrimônio histórico? Por que o Estado pode demolir o Hospital dos Servidores do Rio de Janeiro, o IASERJ? Por que a floresta amazônica pode ser destruída pela Usina de Belo Monte em

nome do capital? O capital pode destruir tudo. Está destruindo tudo. O levante popular não está destruindo nada além dos obstáculos a sua própria ação criativa. Não lutamos só pelo bem “público”. Lutamos para definir o conceito de bem público. E não respeitamos os conceitos da reação. Pois não há como combater a reação sem combater esse discurso e sua violência simbólica e física.

Qual é a contradição do movimento de massas? Ou seja, existe no interior da classe trabalhadora e juventude uma diferença entre as concepções e estratégias de luta dos revolucionários e dos reformistas. Entretanto, quando um setor que supostamente defende as reformas se alinha ao bloco reacionário, à mídia corporativa, significa que está abdicando do princípio básico da unidade de ação de classe trabalhadora frente à reação. E este é o desafio. Os partidos reformistas devem ou renunciar a seu comportamento de alinhamento com o discurso de denuncia o vandalismo e, conseqüentemente, defender incondicionalmente os protestos populares ou passar definitivamente ao lado da reação. A contradição entre reforma e revolução se apresenta hoje no movimento da seguinte maneira: os reformistas ficam do lado do povo e fazem sua defesa dentro dos órgãos legítimos dos trabalhadores, ou denunciam a massa e passam à reação.

Diante da eclosão do movimento de massas conclamamos a unidade a todos. Mas sabemos que o reformismo está cada vez mais numa relação de promiscuidade com a reação. A tarefa dos militantes sinceros e eventualmente equivocados é rever essa linha. O inimigo é o Estado e o Capital, e os pilares da reação, a polícia, a força nacional e os governos. A discussão sobre o método e estratégia não deve romper à unidade geral da classe frente à reação. Trair essa unidade é trair ao próprio povo. Dessa maneira, devemos opor a contrarrevolução e reação o método revolucionário. A ação direta de massas e a greve geral.

Por isso fazemos uma saudação à juventude combativa do Brasil. Levamos uma saudação todos os trabalhadores e estudantes que enfrentam à violência física e simbólica. E dizemos que estamos juntos nas linhas das barricadas. Mas a nossa tarefa é levar uma política e uma palavra de ordem revolucionária. A política é: organizando para desorganizar a reação, desorganizando a reação para organizar a revolução. É preciso avançar nas mobilizações e garantir a autonomia e ação direta de classe.

ANARQUISMO É LUTA!

Convocação para solidariedade internacional!

24 de junho de 2013

Camaradas,

Escrevemos em nome da União Popular Anarquista (UNIPA), organização revolucionária do Brasil, para conclamar o apoio internacionalista e ao mesmo tempo fazer a denúncia dos sindicatos e centrais sindicais que estão cumprindo um papel reacionário diante do levante popular.

O Brasil, desde o dia 17 de junho vivencia um verdadeiro levante popular. Os trabalhadores e estudantes, a juventude pobre estão nas ruas. Temos um manifestante morto. Denúncias de abuso sexual contra jovens manifestantes. A política atropelando manifestantes com veículos motorizados. Mesmo com o uso de armas de fogo (4 jovens foram baleados) os protestos não recuam. Os trabalhadores avançam sem armas contra a polícia, que porta armas de fogo e blindados. Um hospital onde manifestantes se refugiavam foi atacado a balas de borracha e bomba. Mas essa repressão do Estado nós estamos prontos para enfrentar. O que não toleramos é a deserção e traição das centrais sindicais.

Entretanto as centrais sindicais estão traindo os protestos. Não somente não tomam parte nos combates de rua, mas estão denunciando em jornais como vândalos e criminosos os trabalhadores que resistem contra à agressão e abuso de autoridade. A CUT, a CSP-CONLUTAS, a CTB e os partidos políticos estão fazendo uma denúncia pública dos “radicais e dos anarquistas” como criminosos, preparando assim a legitimação do Estados fascista e se de sua ação repressiva.

As grandes corporações de mídia (jornais, tv’s e rádio) estão incitando a violência contra os radicais. Falam de vândalos e manifestantes pacíficos. Esses últimos seriam os que teriam direito dentro da democracia. Os primeiros seria criminosos comuns. Mas aqueles que estão nas barricadas podem testemunhar: a palavra que anima essa juventude é resistência e revolução.

Agora mesmo as organizações e centrais estão trabalhando para desmobilizar os protestos. Incorrem no mais infame dos trabalhos.

Camaradas, é fundamental que os companheiros saibam desses acontecimentos e que manifestem sua solidariedade pública.

Camaradas é fundamental que a solidariedade internacionalista se faça ouvir. Precisamos que os trabalhadores da Europa e do mundo digam sua palavra de apoio irrestrito aos que resistem nas ruas, enfrentando a morte e a brutalidade policial. Estamos sendo abandonados, traídos e atacados pelos dirigentes que deveriam estar na linha de frente.

Nesse sentido conclamamos os companheiros:

- 1) Organizarem atos nas embaixadas e consulados do Brasil, em defesa do direito de resistência, denunciando que os trabalhadores que resistem no Brasil não são vândalos, mas que são reconhecidos como legítimos combatentes do

proletariado pelas organizações internacionalistas

2) Fazer uma campanha de pressão junto à imprensa brasileira e internacional, denunciando a criminalização dos movimentos de ação direta no Brasil e pela liberdade aos presos políticos e retirado dos processos criminais.

Esse apoio internacionalista é urgente. Escrevemos do Brasil e diretamente das barricadas onde estamos na linha de frente, tendo o inimigo a nossa frente e infelizmente também a nossa retaguarda.

ANARQUISMO É LUTA!

O POVO VENCERÁ!

A Batalha do Rio: a solidez burguesa e reformista se desmancha no ar insurgente das massas

24 de junho de 2013

Camaradas! O povo do Rio, a classe trabalhadora e a juventude deram mais uma mostra de seu caráter combativo nos protestos do dia 20 de junho do Rio de Janeiro, Brasília e todo o Brasil. A imprensa mente. Os partidos reformistas e os militantes nacionalistas de direita tentam desviar o foco! Ninguém está relatando a verdade dos acontecimentos.

Como foi a passeata do Rio? O ato contou com no mínimo 1, 5 milhão de pessoas. Talvez a maior demonstração pública da história do Rio de Janeiro e certamente uma das maiores do Brasil. Se deslocou até a prefeitura. Segundo os testemunhos de moradores da região, e as imagens da TV são claras, a polícia aplicou o método habitual: a repressão com uso da cavalaria, da tropa de choque, com balas de borracha e bombas. Mas o povo deu uma mostra fundamental de força: uma resistência auto-organizada que surpreendeu

e deteve a ação da polícia no sentido de dispersar a manifestação por mais de uma hora.

A mídia burguesa fala de vandalismo e depredação, mas o que aconteceu foi a tentativa do Estado, através da coalizão Dilma, Cabral e Paes, de dispersar o ato com violência. Essa decisão estava tomada antes do ato chegar ao destino, a prefeitura do município do Rio de Janeiro. Ela foi imposta pelo simples fato de que o Estado não pode tolerar a participação popular nas ruas. Porém, quando a cavalaria avançou e o pelotão de choque tentou avançar, um pequeno grupo tentou usar a estratégia da passividade: sentou e foi atropelado. Então iniciou-se uma das mais heróicas resistências presenciadas no Brasil nos últimos anos.

Vários grupos de ação direta se formaram. Um grupo opôs resistência ao Batalhão de choque em frente a prefeitura. Dois grupos opuseram resistência nas imediações do correios. Escudos foram levantados e longe das bombas afastarem os manifestantes, eles avançaram. Os manifestantes repeliram a cavalaria, pararam o batalhão de choque e mesmo depois que o caveirão de Cabral entrou em ação a resistência popular o enfrentou com paus e pedras. Valentes combatentes do proletariado subiram no blindado da repressão para tentar parar os disparos realizados pelo policial de cima do veículo. Somente depois, quando as pedras e paus faltaram, eles começaram a recuar. Mas mesmo o caveirão não avançou com facilidade e se a resistência não foi maior é porque faltaram pessoas e instrumentos.

O que a mídia burguesa não disse? O que os partidos reformistas não viram porque não estavam lá, porque se retiraram sob o pretexto da agressão que sofreram de provocadores? Enquanto os nacionalistas atacavam os reformistas e vice-versa o povo enfrentava o poder do Estado e do capital. E assim será sempre. Nenhum deles estará no momento decisivo, quando o povo mais precisa.

A auto-organização da massa para a resistência que parou o aparelho repressivo de Estado desmascara a todos. As manifestações pararam o aumento. A ação direta radicalizada, de classe e de massas, está mostrando toda sua eficácia e poder. Somente a mídia burguesa e os partidos reformistas alinhados à reação não estão enxergando isso.

Até o secretário de segurança admite: *“Sobre o número reduzido de prisões até o momento, o secretário de Segurança disse que primeiro é preciso cumprir as exigências do Poder Judiciário. Ele, no entanto, acredita os vândalos não são mais minoria:- Minoria tem que ser repensada. Minoria não produz o que se viu hoje na Cidade. Estamos buscando informações e remodelando planejamentos na medida em que as informações mudam”* (O Globo On Line, 21/06/2013).

A ação direta mostra seu poder. Não se trata de vencer ou perder em reivindicações. Hoje trata-se de liberar todas forças espontâneas das massas, fortalecer sua resistência e auto-organização. Trata-se da reconstrução do poder associativo e de pressão da classe trabalhadora e da sua autoconstrução sob uma nova forma de movimento de massas. Estamos testemunhando o nascimento de um novo movimento, não nos preocupemos com sua direção, pois sua pauta incontestavelmente é de esquerda e seus métodos combativos e classistas não deixam dúvidas de que este rumo no sentido da emancipação dos trabalhadores do jugo do capital. A hora é de destruir as velhas direções e criar o movimento. O movimento no futuro criará sua própria direção.

SEM INOCÊNCIA! COM RESISTÊNCIA!
VIVA O LEVANTE POPULAR DOS TRABALHADORES
E DA JUVENTUDE BRASILEIRA!

Entre a debandada e a traição, a saída é...

29 de junho de 2013

IMPULSIONAR À AUTO-ORGANIZAÇÃO NOS LOCAIS DE ESTUDO, TRABALHO E MORADIA!

Desde o dia seguinte aos grandes protestos do Brasil do dia 20 de junho, especialmente a heroica resistência no Rio de Janeiro, os partidos e centrais sindicais reformistas organizam a debandada e a traição. Oscilando entre a lealdade ao sistema político, atos de delação sistemáticos, a linha política dos reformistas é de tentar entrar no movimento de massas para dirigi-lo e integrá-lo novamente dentro dos limites da ordem burguesa e dispersar as multidões combativas. Somente a resistência de militantes das bases partidárias que descumprem as orientações das direções é que salva o pouco que resta destas estruturas políticas em processo de decomposição.

Já havíamos previsto isso há tempos, e mesmo durante o levante, publicamos nossa análise no texto “Avançar na Luta pelo Passe Livre” depois de 17/06 e “Viva o Le-

vante Popular” do dia 20/06 em que sinalizamos para esse processo. No dia 21/06 o MPL de São Paulo, seguindo a orientação adotada pelo PT, PCdoB, assumiram de forma geral a política de traição que já vinha se anunciando. Essa traição, já ensaiada nos atos pelos reformistas com a palavra de ordem “Sem Violência” (observe-se, esta dirigida contra manifestantes que faziam a resistência, mesmo quando a polícia estava atacando a todos) e com a política de ajudar a “identificar” vândalos e com a delação aberta, como estão fazendo os dirigentes da UNE.

Depois, eles confundiram propositalmente focinho de porco com tomada e chamaram de chiqueiro uma estação elétrica. Diante da recusa das massas ao sistema político burguês, dos instintos anti-estatistas manifestos, eles tiveram duas medidas políticas: sob o pretexto de “golpe da direita” chamaram todo um movimento espontâneo da classe trabalhadora de “fascista”, que estava sendo ocupado por “conservadores”. Criaram então um mito: a direita estava preparando um golpe.

O argumento de golpe não é novo. Foi apresentado há 4 anos atrás pelo PT e PCdoB para amarrar a oposição de esquerda, que como um sadomasoquista estava pedindo para ser amarrado na defesa do Governo contra a Oposição de Direita. Juntou-se a fome com a vontade de comer. O argumento do Golpe da Direita foi também usado pelo PT/PCdoB durante o mensalão para poder legitimar a defesa do Governo. Ou seja, o “golpe da direita”, a ameaça de “ditadura” são espantelhos, são usados apenas para tentar assustar e afugentar os indecisos da ação de massas. E ao mesmo tempo para defender o Governo Dilma. O componente novo é a contradição existente entre setores e bases dos partidos reformistas e suas direções. Essas bases se dividem, oscilam entre posições contrárias, vão a luta e ao mesmo tempo se dispõem a desmobilizar e etc.

Vejamos. Historicamente, um golpe de Estado passa por uma longa preparação. Esse golpe é dado contra sistemas que refletem a contradições de classe dentro do aparelho de Estado, no sentido de impedir que o reformismo abra terreno para a revolução (por reformas sociais de cunho democrático e nacionalista). O PT fez isso? Não. O PT orquestrou o fortalecimento do poder policial e militar, promoveu reformas neoliberais e manteve os movimentos sociais sob “controle”. E agora tenta, junto com o apoio de todos os partidos e todas as centrais sindicais, impor a ordem reformista ao movimento de massas. Ou seja, a direita golpista por mais que queira dar golpe não tem espaço para tal. Além do mais, basta aproveitar o desgaste atual para ganhar as eleições no próximo ano.

Mas a questão mais importante é : o golpe já não estava sendo dado de forma branca? Já não existia uma “ditadura” que sobrevivia sob a “democracia”, na forma dos massacres, das execuções sumárias e etc? Este é o ponto crucial. A democracia brasileira sempre foi restrita (sem expandir os direitos sociais e políticos fundamentais) e tutelada (controlada pelo poder militar e policial), e não somos nós que dizemos isso somente, a própria ciência burguesa o diz. Essa democracia para cima (para burguesia, para a aristocracia sindical e partidária) é a ditadura para as frações empobrecidas do proletariado urbano (os moradores de favelas, subúrbios e estudantes), para o campesinato e povos indígenas.

O golpe estava sendo dado dentro do congresso com anuência do PT, do PCdoB e o silêncio do PSOL, PCB e etc. O golpe veio com as reformas neoliberais da previdência e trabalhista, que eliminaram os aspectos sociais e nacionais da Constituição de 1988; o golpe foi dado com a reforma do Código Florestal (sob os patéticos apelos do “Veta Dilma”) e com a proposta de mudar as demarcações das terras indígenas e quilombolas; o golpe estava sendo dado com a res-

trição de liberdades democráticas fundamentais, que iriam acontecer com ou sem levante popular; a lei geral da Copa, as leis que criminalizam movimentos sociais e que possibilitam que o estupro seja instrumento de política de Estado.

Ou seja, o PT, o PCdoB, o PSOL, o PCB, o PSTU e etc. estão criando o mito do golpe da “direita” para defender o Governo Dilma do movimento de massas. O levante popular fala por si. Acredita nisso quem quer. E pagará certamente por permanecer amarrado a um sistema político que está sendo abandonado pelas massas numa velocidade que qualquer anarquista e revolucionário não pode deixar de se regozijar.

Por outro lado, as massas caminham em direção à bandeira do Brasil, em direção ao hino nacional não por serem “nacionalistas conversadoras”, nem mesmo por terem uma plataforma, mas por serem esses os símbolos que unificam a grande maioria. Como os reformistas liquidaram a política de classe, a ideia classista e internacionalista não está difundida. Mas o povo, por suas ações, mostra seu viés revolucionário: enfrenta os maiores símbolos da repressão, o poder legislativo, o poder executivo, o caveirão, o Bope e o Choque, a Cavalaria como vimos no Rio, em Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza e diversas cidades.

A ideia de nação das massas é cada vez mais antiestatista nas suas manifestações espontâneas. Logo, não é momento de confrontar essa identificação, mas dar o que a massa traz consigo um conteúdo revolucionário. O alegado “internacionalismo” dos Partidos e Centrais é uma fraude. Eles estão tentando encobrir o elitismo da aristocracia sindical e partidária com a manta do internacionalismo. Qual foi a ação internacionalista desses setores? Não conseguem sair do corporativismo mais torpe.

Depois, a linha do PT foi a de apresentar o programa dos cinco pactos nacionais e de uma “constituente” para a

reforma política. Os partidos se reuniram com o Governo Dilma e depois se propuseram a reunir com os dirigentes sindicais, num processo de cima para baixo, de desorganização da resistência. O programa demorou 24 horas para ser modificado, e a promessa de Constituinte foi retirada. Recapitulando, primeiro num pacto de cima para baixo o Governo do PT e entre partidos de esquerda e; depois replicaram essa lógica, com um pacto de cima para baixo entre as centrais sindicais e os partidos. E terminam com o Pacto entre Governo Federal, Estaduais e Municipais para resolver por reformas as demandas das massas.

A questão é: qual a novidade trazida pelo pacto federativo e pela reforma política? Nenhuma. Está se tentando mais uma vez colocar uma demanda da aristocracia sindical e partidária como uma demanda popular. As medidas de saúde e educação não resolvem o problema estrutural: o caráter neoliberal do sistema, sua dimensão privatista e precarizada. Para atender as demandas populares é preciso atacar a dimensão neoliberal do sistema. A proposta do PT é apenas de aumentar um pouco os recursos para saúde e educação, o que implica aumentar a transferência de dinheiro público para o capital privado.

De maneira geral, a UNIPA foi a única organização revolucionária que apontou e teorizou isso. Nossos documentos estão aí para comprovar. Nada disso nos surpreende. Apenas reafirma o acerto de nossa teoria. Mas a defesa da “democracia realizada contra a ditadura” é hoje a defesa da democracia burguesa e conservadora, fascista na base e restrita e tutelada na cúpula, contra a democracia operária e popular praticada nas ruas.

Todas as organizações políticas estão muito atrasadas em relação às massas. As demonstrações de resistência são a prova de que antes de querer ensinar ao povo, é preciso aprender com ele. Qual a maior contribuição dos anarquis-

tas revolucionários? Não é nem dirigir, nem confrontar, nem controlar a massa. É potencializar suas ações e sua consciência por meio de uma teoria, estratégia revolucionária e programa reivindicativo.

Nesse sentido qual a saída entre o medo espalhado e a traição orquestrada? A saída é levar o levante das ruas para os locais de trabalho e estudo. Falar menos de ensinar ao povo e mais de aprender com ele. Não é hora de quereremos dirigir o povo, mas ajudar construção do movimento de massas. Nesse sentido, a tarefa dos revolucionários e anarquistas é do nosso ponto de vista:

1) Convocar a organização pela base. Convocar a construção de comitês por local de estudo, trabalho e moradia (comitês de bairro, de universidade, de fábrica que tenham a plataforma de lutar pelo passe livre, em defesa do direito de auto-organização dos trabalhadores e de um programa mínimo classista e popular). Esses comitês devem ser comitês de mobilização, para organizar a ação direta, fazer a discussão política sobre conjuntura, sobre o movimento e para impulsionar a ação espontânea das massas. Os comitês nas escolas e universidades devem reunir trabalhadores e estudantes. Os comitês de fábrica e empresa devem reunir todos os trabalhadores, inclusive precarizados. Os comitês devem se organizar em setores de autodefesa, para potencializar a resistência de massas, de agitação e propaganda, para levar palavras de ordem classistas que apoiem a resistência; e infraestrutura, para viabilizar todo o material necessário para os atos e resistência dos trabalhadores.

2) Garantir assembleias e reuniões regulares para discutir a política dos atos, seus objetivos e seu programa, de maneira a elevar o nível de solidez e consciência que o instinto revolucionário das massas está demonstrando. Todos poder deve pertencer as assembleias e comissões de base.

3) O internacionalismo proletário não deve ser uma

forma de desculpa para negar o caráter anti-sistêmico do presente levante popular. O internacionalismo socialista se pauta pela unificação das lutas econômicas e pelo anti-militarismo, e nesse sentido a unidade nas reivindicações e a luta anti-militarista darão o tom internacionalista nas ações. E isso se faz por um programa anti-militarista. Logo é programa de reivindicações imediatas que devemos defender e é ele que deve orientar as discussões das massas.

O programa reivindicativo que propomos a ser defendido nos comitês locais de mobilização é composto por duas ordens de reivindicações, as reivindicações econômico-sociais e as reivindicações políticas. As reivindicações econômico-sociais visam melhorar as condições materiais de vida do povo trabalhador. As reivindicações políticas visam desmontar o aparelho de Estado repressivo, começando pela sua face fascista e militarista. Essas reivindicações não vêm exclusivamente do anarquismo revolucionário. Elas vêm também da própria experiência da luta de massas.

As massas estão colocando suas palavras de ordem e suas aspirações nas ruas. Essas palavras de ordem são de três naturezas distintas: 1) “da copa eu abro mão, eu quero dinheiro para saúde e educação”. Ou seja, transporte, saúde e educação pública, temas fundamentais da existência no contexto urbano e metropolitano; 2) “não vai ter copa”, ou seja, não se aceita que o país seja doado ao grande capital nacional e estrangeiro e logo adquirem uma dimensão de combate à política econômica; 3) contra a violência policial e pelos direitos civis e políticos e sua universalização, através do combate ao militarismo e ao fascismo policial-militar.

As palavras de ordem nas ruas tem em embrião todo o combate ao neoliberalismo e ao neodesenvolvimentismo. São reivindicações essencialmente anti-capitalistas e anti-sistêmicas, que combinadas com o sentimento anti-estatista (expressa pela recusa a subordinação aos partidos políticos),

marcam o caráter classista e popular do presente movimento de massas . Ou seja, as tarefas dos anarquistas revolucionários é dar um programa reivindicativo e uma tática de ação que possam expressar essas aspirações e transformá-las em ganhos organizativos e ideológicos de longo prazo.

As reivindicações políticas visam o reconhecimento dos direitos políticos e civis e sua efetividade. No Programa econômico-social: 1) Instituição Imediata do Passe Livre, com a criação de um sistema de transporte sob controle dos trabalhadores; 2) Obrigação do Sistema de Saúde Privada atender gratuitamente a população pobre; 3) Indexação dos valores dos alugueis e dos financiamentos habitacionais para combater a especulação imobiliária e garantir o direito à moradia; 4) Suspensão da compra de armas e munições para a repressão aos protestos com direcionamento imediato desses recursos para a educação. O movimento de massas está questionando o autoritarismo, a violência e falta de representatividade do sistema político. Por isso o programa de reivindicações políticas deve garantir a expressão dessas aspirações populares. Devemos exigir: 1) Demissão de todos os secretários de segurança pública dos estados e derrubada do ministro da justiça; 2) Apuração das mortes dos manifestantes e punição de todos os policiais envolvidos em agressões e que usaram munição não letal e letal contra multidões e em operações policiais em favelas. 3) Suspensão imediata da fabricação de armas para uso de controle de multidões no Brasil; 4) Libertação de todos os presos políticos de protestos e arquivamento de todos os processos decorrentes de participação em manifestações populares; 5) Retirada da Força Nacional de segurança das metrópoles e do interior do país, recolhimento de todas as tropas policiais aos quartéis; 6) Arquivamento de todos os projetos de Lei de conteúdo homofóbico, sexista e patriarcais

Esse programa visa contribuir para que o movimento não seja deformado nem pela direita burguesa, nem pelos setores

reformistas. Todos os militantes classistas e combativos podem apoiar esse programa reivindicativo. Ao mesmo tempo ele aponta para ações internacionalistas e anti-estatistas que eliminam qualquer possibilidade de uma “apropriação pela direita”. Ao mesmo tempo ele aponta para medidas que irão aliviar as pressões materiais da crise mundial sobre a classe trabalhadora. Por isso conclamamos todos os revolucionários e combatentes sinceros a se agruparem em torno desse programa reivindicativo.

ANARQUISMO É LUTA!

O POVO VENCERÁ!

O Levante dos Marginalizados: análise sociológica dos protestos e manifestações populares no Brasil

7 de julho de 2013

“Pela flor do proletariado, eu entendo sobretudo esta grande massa, estes milhões de não civilizados, de deserdados, de miseráveis e de analfabetos que o Sr.Engels e o Sr. Marx pretendem submeter ao regime paternal de um governo muito forte... Por flor do proletariado, eu entendo esta carne para governo, esta grande canalha popular que, estando quase virgem de toda civilização burguesa, traz no seu seio, nas suas paixões, nos seus instintos, nas suas aspirações, em todas as necessidades e misérias de sua posição coletiva, todos os germes do socialismo futuro, e que só ela é suficientemente forte para inaugurar e para fazer triunfar a Revolução Social” (Mikhail Bakunin)

Uma análise teórica é necessária do presente levante popular. A dimensão e significado que o levante assumiu já o torna um dos eventos mais importantes da história da

classe trabalhadora e das lutas sociais no Brasil nos últimos 30 anos.

O que o levante popular explicitou? As contradições de classe e os limites do reformismo como política e do marxismo como teoria. A política apresentada por quase todas as organizações marxistas e socialdemocratas, partidos políticos e sindicatos foi contrarrevolucionária. Alinharam-se ao Governo, à Polícia e a mídia burguesa. A sua análise teórica da realidade foi equivocada. Tomaram como principal uma contradição secundária entre “direita e esquerda”, que há muito perdeu o conteúdo e ignoraram as contradições de classe e sociopolíticas profundas que se manifestaram. No campo socialista e revolucionário, dentre as poucas organizações anarquistas existentes a UNIPA foi à única que apresentou uma análise teórica coerente com uma prática revolucionária diante do levante popular. A teoria não se improvisa. E agora é preciso, mais do que nunca, uma teoria.

A UNIPA vem desenvolvendo desde 2003 uma série de teses e argumentos que apontavam para como as diferentes contradições sociais e políticas levariam, cedo ou tarde, a formação de movimentos espontâneos da classe trabalhadora, reagindo a contradições estruturais e conjunturais. É exatamente esses argumentos que iremos recuperar agora para analisar o presente Levante Popular. Em 2003, as Resoluções do II Congresso da UNIPA apresentavam nossa análise das contradições estruturais da sociedade brasileira e do nosso capitalismo dependente, em que indicávamos 8 contradições estruturais entre as diferentes frações de classe. Além da contradição capital/trabalho materializada em diferentes frações de classe (ex: proletariado industrial x burguesia industrial), colocávamos o seguinte:

“Tomando por base todos os dados apresentados, o II Congresso entendeu que seria preciso qualificar as contradições inerentes ao sistema social capitalista, ou seja,

que fazem parte da dinâmica das relações sociais e instituições políticas e econômicas, manifestas no cotidiano do país. As contradições, ou os conflitos estruturais da sociedade brasileira podem ser assim resumidos: 4) Burguesia Rural, Pequena Burguesia Rural X Proletariado Rural e Camponeses – dada pelas relações com a terra, as relações de trabalho e os direitos a elas associados. 6) Estado X Proletariado Marginal – dada pela exclusão das relações de trabalho, tendo objetos diversos de disputa, mas envolvendo principalmente direitos sociais e civis. 7) Estado, Burguesia X camadas populares – dada por fatores diversos (políticos, históricos, culturais), envolvendo principalmente direitos sociais e civis e se dá devido ao racismo e machismo existente na sociedade brasileira.”

Essa análise de classes visava exatamente traçar o papel das diferentes frações da classe trabalhadora e camadas populares num processo revolucionário e na luta de classes no Brasil

“Quais serão então as forças principais da revolução brasileira? O II Congresso, levando em consideração os elementos de nossa teoria, entendeu que no Brasil, existem duas frações proletárias que serão as forças principais: 1) o proletariado marginal; 2) o campesinato. Eles constituem uma massa de pelo menos 47 milhões de pessoas (mais que o dobro das demais frações proletárias da sociedade brasileira). São também a parcela da população em que os níveis de pobreza são maiores e as condições de vida são mais precárias. Não que as demais frações do proletariado gozem de condições muito superiores, mas nestas frações, elas têm graus realmente absurdos. É preciso também definir o que chamamos de força principal. Por força principal, entendemos as principais frações a serem mobilizadas devido: 1) ao antagonismo potencial de seus interesses, expresso pelas condições materiais de existência (pobreza, violência, injustiça) sob que vivem; 2) a quantidade demográfica destas frações, que faz

com elas tenham um peso específico pelo fato de serem muito volumosas, logo, poderem mobilizar grandes efetivos e ter um grande potencial político. Segundo nosso entendimento, as forças principais da revolução social no Brasil serão compostas pelo proletariado marginal e o campesinato. O proletariado marginal, ao contrário dos segmentos sociais mais instruídos, engajados na economia formal e auferindo rendimentos elevados, é aquela fração que proporcionalmente menos se engaja em atividades políticas e associativas. Justamente por isso que devemos empenhar nossos esforços no sentido de sua organização e mobilização (Resoluções do II Congresso da UNIPA, Março de 2004)

De maneira geral, o conceito de proletariado marginal abrangia trabalhadores informais e subempregados. No nosso III Congresso em 2007 ampliamos esse conceito para abranger todos os trabalhadores super-explorados. De maneira geral, esses trabalhadores marginais no sistema econômico o são também no sistema político. São marginalizados num duplo sentido. Ao mesmo tempo, são os trabalhadores que são mais vitimados pela repressão e violência policial. Logo, não somente eles são marginais na economia e na vida política, eles são marginalizados legalmente e obrigados a viver no limiar da clandestinidade.

O acúmulo teórico nos permitiu situar essa análise de classes numa teoria do desenvolvimento capitalista. No III Congresso apontamos que o atual período histórico, das reformas neoliberais e reestruturações produtivas, podem ser consideradas como o capitalismo ultramonopolista. Apontamos que a polarização entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo era falsa. Ao mesmo tempo faziam avançar as reformas neoliberais, a reestruturação produtiva e o papel do Estado, especialmente policial. Como podemos ver pelo trecho abaixo:

“Assim, a reestruturação produtiva e as reformas do Estado, presentes na atual etapa do imperialismo, levam a mudanças nas relações do centro com a periferia e a semi-periferia, e acentua ainda mais a importância da depreciação da taxa de salários como fórmula de resolver a crise do capital e retomar o crescimento e o desenvolvimento da acumulação de capital. Isso significa que, mais do que nunca, o imperialismo opera especialmente pela super-exploração do trabalho e não pelas trocas desiguais. Mas o traço principal do período ultra-monopolista do capitalismo, é que ele estende mecanismos que estavam presentes na estrutura do imperialismo na época do capitalismo monopolista de Estado, especialmente o “duplo mercado de trabalho” que é um dos principais mecanismos de ação do imperialismo. O duplo mercado permitiu uma segmentação do proletariado por condição socioeconômica, criando um mercado de trabalho relativamente protegido e bem remunerado que correspondia de maneira geral à divisão entre países de centro e periferia (incluída aqui a semi-periferia), ou dentro do centro e da periferia, em um mercado de ocupações bem remuneradas, qualificadas, com garantias jurídicas e socialmente valorizadas, e outras ocupações desprovidas disso. Um dos principais efeitos dessas mudanças em escala internacional é a extensão do proletariado marginal (pelos trabalhadores submetidos à esfera inferior do duplo mercado e formas de acumulação primária). Se o sindicalismo não se colocar a necessidade de organizar a fração do proletariado marginal (terceirizado, precarizado, desempregado, etc.) continuarão reduzidas as possibilidades de avanços na luta da classe como um todo, isso porque a nova fase do capitalismo coloca uma nova estrutura de classe, onde essa fração tem um papel central na acumulação de capital. 74) Podemos dizer que o capitalismo ultra-monopolista se caracteriza pela: 1) Flexibilização (comercial, tributária, trabalhista), o que significa eliminar ou diminuir os regulamentos legais que impedem as empresas de obter o lucro; 2) Internacionalização e concentração de capitais, os setores que até duas décadas

eram controlados por monopólios estatais ou empresas nacionais, passam para o controle de multinacionais; 3) Volatilidade – os investimentos realizados podem em razão da flexibilização podem ser retirados pelas empresas a qualquer momento; 4) desestruturação do mundo do trabalho através da terceirização, da precarização e do desemprego estrutural”. (Resoluções do III Congresso da UNIPA, 2007)

Esse duplo mercado de trabalho também gera uma contradição geracional e ocupacional. As reformas neoliberais e reformas do Estado com precarização das condições de trabalho e estudo atingem especialmente a juventude. Ou seja, os estudantes e a juventude não tem e não terão a mesma proteção que certas categorias de trabalhadores têm hoje. Por outro lado, a massa dos trabalhadores super-explorados e precarizados é vista apenas como alvo de políticas compensatórias pelo sistema político. A aristocracia sindical e partidária quer defender seus interesses econômico-corporativos e sua posição no sistema político e entra em antagonismo tanto com o proletariado marginal, quanto com diferentes categorias como a juventude e os estudantes, que não são e não serão detentores dos privilégios da aristocracia sindical e partidária. Daí as contradições entre as burocracias sindicais e partidárias e os diferentes setores mobilizados nos protestos.

Dessa maneira, tínhamos apontado muito claramente que a sociedade brasileira vivia uma contradição estrutural, entre um proletariado marginal e o campesinato x Estado e a burguesia rural. O neoliberalismo e o desenvolvimentismo eram duas políticas econômicas não antagônicas, eram dois instrumentos do imperialismo dentro da sua fase ultramonopolista. O Governo do PT tinha construído um bloco ou coalizão partidária e de classes sociais, e sua principal missão era realizar a transição plena de um regime político intervencionista (legado pelo varguismo e pelos militares)

a um regime neoliberal, como argumentamos em 2005 no comunicado “As Reformas do Governo Lula e as Tarefas do Proletariado”. Assim, a polarização PT (intervencionismo) x PSDB (neoliberalismo) era falsa. A luta anti-capitalista deveria ser contra os projetos neoliberais e neodesenvolvimentistas que estavam colocando como contradições sociais principais aquelas do proletariado marginal e do campesinato (o que continua acontecendo).

Apesar do PT ter a hegemonia da maioria das organizações sindicais e de trabalhadores, sempre apontamos que essa hegemonia não anulava as contradições dos setores não-organizados e a possibilidade de movimentos espontâneos e imprevistos. A nossa análise das eleições já vinha apontando como os dados do “Não Voto” indicavam uma profunda marginalização voluntária das massas em relação ao processo político e também um profundo potencial anti-hegemônico e anti-sistêmico existente nas reivindicações econômicas e políticas derivadas das contradições estruturais apontadas acima.

“Podemos afirmar, ironicamente, que a outra tendência de crescimento nas eleições, além do crescimento petista, é o crescimento do não voto, ou seja, das abstenções, do voto nulo e do voto em branco. Já temos elementos para afirmar que o não voto é uma variável estrutural do processo eleitoral e consequentemente, da luta de classes no Brasil. (...) O Brasil possui cerca de 138,5 milhões de eleitores segundo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No primeiro turno das eleições municipais de 2012, 23 milhões de brasileiros se abstiveram do processo eleitoral, o que representa 16,6% do total de eleitores. Os votos nulos foram 9,1 milhões e os votos brancos 3,8 milhões. Ou seja, o “não voto” representou 35,9 milhões de brasileiros, cerca de 25,9% do total de eleitores. (...) Os números do não voto são ainda mais significativos quando analisamos alguns casos específicos. No primeiro turno das eleições na cidade de São Paulo, o não voto totalizou 2,3 milhões de paulistanos, supe-

rando os dois candidatos que foram para o segundo turno (...) Na capital fluminense o totalizou 1,4 milhões dos eleitores. O prefeito reeleito no primeiro turno, Eduardo Paes (PMDB), recebeu 2 milhões de votos e o segundo colocado, Marcelo Freixo (PSOL), recebeu pouco mais de 900 mil votos. Em Fortaleza o não voto chegou a 353 mil eleitores, contra 318 mil votos de Elmano (PT) e 291 mil de Roberto Claudio (PSB). Poderíamos dar outros exemplos e o resultado seria o mesmo: o crescimento significativo do não voto nas eleições. (...) Os comentaristas políticos da mídia burguesa também abordaram o tema, procurando explicações a partir de perspectivas liberais e idealistas, afirmam que o abstencionismo é resultado do desencantamento da população com a política. Setores reformistas e marxistas qualificam o não voto como sendo “alienado”, ou seja, ou como resultado da ignorância ou do apoliticismo. (...) Para a teoria bakuninista, um fenômeno social e político não podem ser explicados de maneira tão simplista e a partir de pressupostos idealistas. Ainda não existem condições para uma análise mais profunda do fenômeno do não voto, mas com os dados disponíveis é possível tecer considerações e chegar a algumas conclusões preliminares. Em primeiro lugar, como já afirmamos, a recorrência do não voto e o seu crescimento nos permitem afirmar que estamos diante de um fenômeno estrutural, ou seja, é parte integrante da luta de classes no Brasil contemporâneo. Em segundo lugar, o não voto está longe de ser uma expressão da alienação política ou o simples resultado da despolitização. Antes, é uma expressão difusa de contestação da ordem instituída; um questionamento da legitimidade do poder político estatal. Trata-se de um potencial antiestatista, fruto do atual contexto da luta de classes no Brasil marcada pela crise do governismo”. (Comunicado No 36, Dezembro de 2012)

Ou seja, os dados acima ajudam a mostrar como existia uma recusa das massas a política burguesa e ao sistema político estatal. Também tínhamos desenvolvido o argumento de que o Governo do PT e a coalizão partidária e social estavam perdendo os instrumentos de cooptação. Desde 2010 no

nosso IV Congresso apontávamos claramente nessa direção.

“As perspectivas de médio prazo indicariam (caso a crise econômica se confirme e os demais fatores políticos e econômicos se mantenham inalterados) que um futuro e provável Governo Dilma terão condições menos favoráveis que as atuais. E terá de assumir o confronto contra os interesses dos trabalhadores, reduzindo o déficit fiscal que tenderá a crescer e protegendo os interesses dos latifundiários e do próprio capital associado. Mas a questão é que isso pode acontecer em um ano ou em quatro, cinco, dependendo da evolução dos fatores econômicos e políticos. Temos então dois cenários distintos dentro do atual contexto de crise, o de curto prazo e o de médio prazo. No curto prazo o setor reformista e governista (PT e PCdoB) sairá fortalecido na conjuntura de crise. No médio prazo, é possível que mais uma vez o bloco governista tenha que coordenar um ataque à classe trabalhadora (como foi na ocasião das reformas de 2003). E essa seria uma ocasião para a criação de uma alternativa nacional de sindicalismo, um sindicalismo de tipo revolucionário de massas” (Resoluções do IV Congresso, Março de 2010)

Ou seja, o desgaste do PT, da sua coalizão social e política e da capacidade do reformismo partidário e sindical em responderem ou gerirem as contradições sociais já estavam se acumulando e demonstrando seus limites. A eclosão de um movimento espontâneo sempre figurou como uma variável na nossa análise como podemos ver nas Resoluções da II Assembleia Nacional (Fevereiro de 2012) em que apontamos o seguinte:

“Ao mesmo tempo, o novo ciclo de luta de classes na Europa (2008-2011) e na África (2011-2012) serve também para mostrar as limitações dos movimentos de massa e possíveis questões para a luta de classes no Brasil. No caso da Europa, os heroicos protestos dos insurrecionalistas gregos são uma lição para todos os trabalhadores

do mundo (...) O mesmo acontece na Espanha (com os protestos da juventude desempregada) e França (com a população da periferia e imigrante). Os ciclos de luta têm levado a um avanço da reação e nazi-fascismo: o ataque nazista na Dinamarca contra o Partido Socialista acobertado pelo Governo e o crescimento do nazismo no leste europeu provam isso. Assim, o avanço da crise gera uma dialética ascendente de revolução/reação. É preciso levar a sério essa situação, pois elas sempre tenderam a se mundializar. (...) O Governo Dilma está aprofundando o abismo com os movimentos sociais. Estão se criando as condições para uma segunda crise do governismo, só que essa mais profunda. Pois dessa crise ou irá surgir uma ofensiva burguesa avassaladora que contará com o apoio explícito da CUT e CTB ou desencadeará movimentos espontâneos que sofrerão a pressão dessas forças. (2ª Assembleia Nacional, fevereiro-março de 2012)

Foram exatamente essas contradições que se explicitaram no Levante Popular de Junho de 2013 em várias regiões do país. A espontaneidade do levante está diretamente ligada às contradições sociais e econômicas estruturais que o produziram e uma série de fatores sociológicos que explicam como esse levante começa com mobilizações estudantis que expressavam uma cisão entre entidades governistas ou ligadas a forças governistas (explicitando as tensões geracionais entre a juventude e aristocracia sindical e partidária) e rapidamente é transformada num movimento de massas depois das brutais repressões policiais (explicitando as contradições latentes entre o Proletariado marginal x Estado). Os Fóruns de Luta pelo Transporte (RJ) e o Movimento Passe-Livre (SP) expressaram assim a crise dentro do governismo. Muitas entidades estudantis ligadas ao governismo convocaram as mobilizações. Mas foi a repressão estatal que deu ao movimento um caráter de massas e de confronto que não tínhamos testemunhado no Brasil.

Depois da repressão policial em São Paulo o eixo dos atos e sua forma de ação se modificaram. A massa radicalizou e apresentou a contradição com o Estado. São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza rapidamente assumiram destaque exatamente porque acumularam contradições estruturais e conjunturais: 1) as contradições estruturais, entre os interesses do proletariado marginal e das camadas populares x Estado, já que essas cidades estão entre aquelas com maiores índices de violência policial do Brasil, desigualdade e racismo; 2) como vimos, são cidades também em que a marginalidade em relação ao sistema político é extremamente significativa, expressa pelo “Não Voto” como um componente difuso da consciência popular; 3) conjunturalmente, são cidades Sedes da Copa das Confederações e da Copa do Mundo em que o custo de vida e do transporte aumentou significativamente, de maneira que a massa sabe que sua qualidade de vida diminui na proporção em que os investimentos públicos na Copa do Mundo aumentam. Ou seja, o Levante é espontâneo. Mas as contradições que o produziram já vinham se acumulando e nós apontamos por diversas vezes que essa situação estava se delineando de forma cada vez mais clara. Assim, a contradição Estado X Proletariado Marginal dá um caráter de classe e anti-estatista que podemos observar em grandes setores da massa e por suas palavras de ordem anti-militaristas e contra a polícia. O mesmo se deu pela ação direta de resistência e confronto com os símbolos e as forças policiais do poder de Estado.

Do ponto de vista sociológico, um movimento de massas de milhões de pessoas nunca é homogêneo. Mas podemos dizer que eles se dividem em pelo menos três grandes formas de abordagem: 1º) do ponto de vista da composição de classe, o levante popular reuniu especialmente o proletariado marginal, e todas as demais frações de classe (proletariado industrial, proletariado dos serviços e também setores da pequena burguesia urbana e aristocracia operária); 2º)

do ponto de vista da composição ocupacional, o movimento estudantil e os trabalhadores não-organizados estiveram na vanguarda das mobilizações e compuseram a grande massa nas ruas; 3º) do ponto de vista das reivindicações e programa, predominaram as reivindicações por transporte, saúde e educação pública, o que mostra como as reivindicações econômicas de natureza coletiva predominam sobre a de natureza corporativa.

Esse conjunto de fatores marca que desde o ponto de vista da composição de classe, das contradições estruturais e conjunturais e das reivindicações existe um potencial antagonismo anti-hegemônico e anti-sistêmico no levante popular. Pois questionam a privatização dos serviços públicos e sua subordinação ao capital, anulando os direitos sociais dos trabalhadores. O anti-partidarismo (que tem diversas bases, inclusive uma tentativa de grupos de direita de fortalecer o Estado e negar os “partidos”) não foi expressão de uma percepção “conservadora”, mas sim das contradições de classe e estruturais da sociedade brasileira e da condição de marginalidade em relação ao sistema político. As massas são heterogêneas. Mas o maior contingente mobilizado, excetuando a pequena burguesia e setores reformistas das demais frações e categorias, estão em contradição estrutural com “a direita e a esquerda”, com o sistema político, o regime econômico e as decisões e pacotes de política econômica. Uma entrevista realizada com um manifestante que participou das ações de resistência e do “quebra-quebra” em Porto Alegre ilustra perfeitamente nossos argumentos.

CMA – Queremos saber mais sobre a tua vida. Tu é de onde?

JOÃO – Tenho 23 anos e nasci na região metropolitana de Porto Alegre. Mano, terminei os estudos faz um tempinho. Nunca nem pensei em ir pra faculdade porque tive que trabalhar cedo. Nunca tive um emprego decente.

CMA – O que tu faz pra viver?

JOÃO – Vivo de bico. Já vendi DVD, entreguei água e fui balconista em papelaria. Trabalho e não tenho grana para nada. Tudo está cada vez mais caro, e a gente vai ficando cada vez mais pobre. Enquanto isso no lado rico da cidade, os políticos enchem os bolsos e andam de namoro com os empresários graúdos, dono de empresa de ônibus, empreiteiro... obra superfaturada, suborno, e a gente de baixo cada vez mais fodida. Isso é injustiça! Isso é violência! Quem se dá conta da sacanagem, começa a ficar indignado.

CMA – Tu é filiado a algum partido ou organização? Está ligado a algum grupo de contracultura?

JOÃO – Não sou de partido nenhum. Detesto todos os partidos do mesmo jeito. São todos um bando de safados competindo entre si para nos enganar. Eles não me representam. Também não tenho organização, tenho uns amigos que são punk e também gosto de hip-hop. Se vou para as manifestações vou junto com amigos e vizinhos. A gente fecha uma galera e vai. A gente se cuida, e cuida para não ser reconhecido nem pego.

CMA – Por que você tu preferiu a forma de manifestação violenta ao invés de se manifestar pacificamente, como os jornais e a maior parte das pessoas defende?

JOÃO – Se eu to me sentindo violentado pela forma como sou tratado, se to sendo atacado por que eu que to em baixo, sou eu que tenho que ser o pacífico? Ninguém tem cancha para dizer como eu tenho que me manifestar, porque ninguém aprende pela minha pele. Só eu sei pelo que tenho passado pela falta de grana. Com a passagem subindo eu perco meu direito de ir e vir, e não tem lei que proíba a gente de passar fome. (Entrevista realizada pelo Centro de Mídia Autônoma – <https://bit.ly/42SIBgk>)

A contradição desses protestos é também com a política reformista e social-democrata, seus métodos de ação parlamentaristas e suas reivindicações corporativistas. O levante popular questionou ao mesmo tempo o fundamento dessas

organizações e explicitou todas suas contradições e limites. Nesse sentido, toda tentativa de qualificar os protestos e o levante popular como um todo de estar sendo ganho pela “direita” só mostra a incapacidade do marxismo e reformismo brasileiro. Por outro lado, a burguesia tenta se apropriar de um movimento que ela ajuda a produzir. E isso será ineficaz. Ou seja, esse movimento tende a se reproduzir na marginalidade em que ele surgiu até se formar uma força revolucionária capaz de potencializar sua expressão.

O levante popular tem suas raízes nas contradições de classe, nas contradições com o Estado e nos efeitos que o modelo de desenvolvimento capitalista e a crise mundial começam a produzir. Por outro lado, o levante parece marcar o nascimento de um novo sujeito sociopolítico: o proletariado marginal se constituindo na ação coletiva e de massas, marcando assim a emergência de um novo sujeito histórico com potencial revolucionário. Mesmo que a aristocracia sindical e partidária consigam desmobilizar os protestos agora e aprofundar o caráter policial do Estado, eles não eliminarão essas contradições estruturais e, logo, outras explosões serão questão de tempo e lugar.

Diante do Levante Popular, consolidou-se a ruptura desse sujeito sociopolítico e suas manifestações concretas com a aristocracia sindical e partidária e o sistema político burguês. Também marcou a emergência do anarquismo como referência para as massas, seja através da ação direta anarquista, seja através da luta da burguesia contra o anarquismo (através da campanha de criminalização). Além disso, esse processo está possivelmente marcando o início de um novo ciclo histórico. A emergência das lutas, dessas formas de ação e organização são estruturais. Mesmo com um refluxo temporário, essas questões irão marcar a dinâmica da luta de classes no Brasil.

É importante situar também esse Levante, quase que es-

sencialmente urbano e metropolitano, dentro das demais lutas. Porém

“Em primeiro lugar temos de situar historicamente os protestos Podemos dizer que o Governo Lula teve instrumentos de contenção dos movimentos sociais. Tanto macroeconômicos quanto políticos, de cooptação. A partir da posse de Dilma esses instrumentos entraram em processo de deterioração. As lutas dos operários das grandes obras, as lutas dos indígenas. Depois a grande greve do funcionalismo público e das universidades de 2012. A greve das universidades e a participação do movimento estudantil na luta contra o Governo Dilma preparou em parte o terreno para as lutas que eclodiriam em 2013. Muitos militantes de hoje foram formados nessas jornadas (...) Os atos foram direcionados para dois alvos principais: os megaeventos, ou seja, o modelo desenvolvimentista do PT e contra os núcleos do poder estatal. Devemos fazer uma análise dos acontecimentos e questionar a campanha burguesa de criminalização da ação direta popular. Devemos situar a eclosão dos protestos violentos no quadro histórico recente. (Viva o Levante Popular, 20/06/2013)

Logo, não podemos esquecer que as lutas no campo já estavam se dando, opondo um campesinato indígena e o proletariado rural aos efeitos do modelo de desenvolvimento capitalista no campo. O modelo de desenvolvimento capitalista está colocando assim as contradições no campo e na cidade, criando as condições para um novo tipo de aliança operário-camponesa. O levante popular somado as contradições e lutas no campo marcam o início de um novo ciclo histórico e de lutas sociais, em que as contradições de classe colocarão em rota de colisão o proletariado marginal, o campesinato e o Estado e seu modelo de desenvolvimento capitalista.

Isso aumenta nossa responsabilidade histórica. Qual a ta-

refa dos anarquistas revolucionários ante essa nova conjuntura? A nossa linha foi traçada desde 2010:

“Será justamente o trabalho das oposições, orientadas corretamente por uma linha de massas combativa e classista, desgastando o governismo e o reformismo, que construirá as condições necessárias para a conformação de um movimento nacional de oposições sindicais-populares-estudantis. A constituição de tal movimento é tarefa importante para unificar os militantes combativos e aplicar corretamente uma política de reorganização das lutas proletárias. O primeiro poder que os trabalhadores têm que conquistar é o poder sobre suas próprias organizações, isso é autonomia. Essa organização visa impulsionar as lutas e dar um direcionamento específico por meio de um programa de reivindicações e táticas diferenciadas de ação e organização; a ação direta no local de trabalho, a greve geral e as organizações intercategorias de base. Esse tipo de organização assumirá a forma de oposições, mantendo sua forma de organização diferenciada das entidades representativas dos trabalhadores. Para isso devemos ter clareza que as centrais e a maioria dos sindicatos serão possivelmente veículos para paralisar e combater a luta dos trabalhadores. (...) Mas a crítica não se transforma em niilismo e imobilismo. Transforma-se numa linha de ação alternativa. Como os Sindicatos e demais organizações de trabalhadores se encontram sob tutela do Estado e controlados pela burocracia, uma palavra de ordem fundamental será a convocação de Comissões de Base. Essas Comissões devem ser criadas em cada local (empresa, unidade produtiva, unidade de ensino, unidade de trabalho rural) para juntar o que o capitalismo fragmentou: as diferentes categorias ocupacionais e ofícios, os trabalhadores temporários e permanentes, precarizados e integrados. O objetivo único dessa forma organizativa é o de realizar a luta por meio da Greve, Boicote e demais formas de Ação Direta. Coordenando todos os trabalhadores e/ou estudantes na Base. Essas Comissões

de Base devem convocar assembleias e reuniões de todos os trabalhadores sempre que o sindicato ou associação de representação se apresentar inoperante ou abertamente contrários à luta de classes. Essas comissões são formas temporárias, irão representar uma forma de ginástica de sindicalismo revolucionário, ou seja, exercitar e fortalecer nos trabalhadores a estrutura de consciência de classe e o corpo organizativo por meios de organização informal. Esse caráter temporário reflete um momento do desenvolvimento da força coletiva do proletariado, já que o objetivo é fazer com que essas organizações tornem-se perante os trabalhadores expressão do seu poder organizacional e conseqüentemente expressão permanente de sua representação. Mas isso não se dará artificialmente, mas a partir de recorrentes experiências de luta através dessas formas organizativas. A convocação das Comissões de Base será assim o a tática para o próximo período, como forma de criar focos de resistência e oposição nos sindicatos dominados pela burocracia pelega e oficialista ou então totalmente tutelados pelo Estado. Levantar as Barricadas! É a palavra de ordem da tática antiestatista e anti-neoliberal para agrupar os trabalhadores em torno do programa econômico-reivindicativo e político-organizativo. E a Barricada é construção das oposições e das Comissões de Base, como alternativa à capitulação das centrais sindicais e dos movimentos sociais e estudantis. (Resoluções do IV Congresso, 2010)

O combate ao reformismo através das oposições, impulsionando a auto-organização da classe é essencial. Deixar que a massa fique à mercê dos reformistas e do aparelho repressivo de Estado, da ofensiva burguesa é um crime. A espontaneidade não está em contradição com a organização. A auto-organização é o prolongamento da espontaneidade sob formas mais elaboradas e duradouras. Nesse sentido, a tarefa de todos os revolucionários é se lançar nesse trabalho de construção de uma alternativa de organização de massas

classista e internacionalista.

Dessa maneira, a tarefa imediata é a construção pela base, a única saída classista e combativa dentro dessa conjuntura. A luta não começou agora, mas foi elevada a um novo patamar. As massas avançaram. Agora nossa tarefa é nos elevarmos até seu nível e conseguir enriquecer sua experiência com uma teoria e um programa que esteja à altura dessas lutas. No futuro, construir a aliança entre o proletariado marginal e o campesinato. Nesse momento a tarefa é aprofundar a auto-organização dos trabalhadores.

ANARQUISMO É LUTA!
TODO PODER ÀS COMISSÕES, ORGANIZAÇÕES
E ASSEMBLEIAS DE BASE!

As Jornadas de Junho e o circo de julho: diante do fascismo das centrais é preciso combater o governo e reformismo em múltiplas frentes

15 de julho de 2013

O dia nacional de lutas na cidade do Rio de Janeiro foi a mais cabal prova da cisão do governismo e do reformismo com o movimento de massas e com qualquer tarefa de representação das lutas da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo ilustra a cisão em nível nacional, já que o 11 de julho marcou a “unidade das centrais sindicais e movimentos sociais governistas e paragovernistas” na defesa da agenda do governo e do Estado policial-militar.

No caso do Rio de Janeiro, as centrais (CUT, CTB, UGT) por ação auxiliaram na repressão, ajudando os espões da polícia a perseguir manifestantes e dispersar o ato. Tanto exaltavam a repressão quanto ajudaram a agredir manifes-

tantes que se defendiam da polícia no início do ato, na Candelária, e ao final, nas imediações da Cinelândia.

Mas para além da indignação quanto aos atos de delação mais vergonhosos, é preciso entender o que aconteceu no Rio de Janeiro como parte de uma política e uma tática. E precisamos combater essa política e essa tática em múltiplas frentes.

O elemento fundamental é entender a estratégia política do ato. E para isso precisamos entender o processo de lutas. As jornadas de junho foram marcadas pela participação massiva e pela ação direta. As jornadas de junho produziram ganhos concretos e questionaram profundamente o governo, sua política e as próprias organizações de trabalhadores. Elas atacaram também as sedes do poder legislativo e executivo, marcando assim uma polarização social e política.

Para o dia 11 de julho existiam dois atos. A passeata das “centrais” e o ato do Fórum de Luta pelo Transporte, convocado para o Palácio Guanabara. O Fórum deliberou por se incorporar ao ato das centrais e depois seguir para o Palácio Guanabara. Dessa maneira, a política e a estratégia do Governo Cabral era impedir um ato com a ocupação do Palácio Guanabara. Nesse sentido, o desfile cívico das centrais cumpria um papel importante de tentar imobilizar as massas na Cinelândia.

Por sua vez, a política ou estratégia das centrais era preservar seu próprio espaço, acenando para o Estado que elas não tinham nenhuma relação com o levante de junho, e que rechaçavam o setor revolucionário de massas. Essa estratégia foi pautada por três elementos: 1) a unidade das centrais, que se apresentava como movimento legítimo, legal e pacífico em oposição ao levante espontâneo de junho; 2) essa unidade se pauta pelo apoio ao pacote de reformas políticas do Governo Dilma e pautas corporativistas; 3) essa unidade visava isolar o setor revolucionário de massas, desqualificá-lo e identificá-lo para que este seja destruído pela

repressão, demonstrando que um ato legalista é permitido dentro da ordem.

A política dos setores revolucionários era de participar do ato até a Cinelândia e levar amplos setores até o Palácio Guanabara, conforme a deliberação da Plenária do Fórum de Lutas. Sua tática era de oferecer resistência e combater as palavras de ordem do setor governista e de direita das centrais, e mostrar a legitimidade da resistência de massas à opressão. Essas políticas se refletiram na estrutura do ato e sua dinâmica.

Qual foi a tática do Estado? Usar o cerco policial e provocadores. Eles estiveram por todo o ato incitando, com o apoio dos dirigentes das centrais, o ataque aos “mascarados”. Como não conseguiram grandes adesões na base, deixaram uma provocação para o final plantando a caixa com “molotovs” na rua. Essa provocação visava facilitar a prisão e justificou o início da agressão aos manifestantes.

Qual foi a tática das centrais governistas, de direita e paragovernistas? 1) atacar o setor revolucionário de massas, chamando os mascarados de “criminosos” e dizendo que eles não poderiam ficar no ato; 2) lançar palavras de ordem nacionalistas, tocar o hino nacional em momentos graves de enfrentamento; 3) impedir que ocorresse uma luta ideológica entre reforma e revolução (através da disputa pelo encerramento do ato na Cinelândia ou sua incorporação no ato do Palácio Guanabara), ajudando a polícia a prender os membros de um setor revolucionário e desorganizar uma linha de resistência. A expectativa dos governistas era que a polícia dispersasse “os mascarados” e permitisse que o conjunto do ato chegasse a Cinelândia para o showmício.

A política governista foi vitoriosa? Não. As palavras de ordem não conseguiam grande adesão. Não conseguiram nem mesmo que as bases condenassem em uníssono os mascarados. Em diversas situações essas bases foram solidárias

na luta contra as prisões. Ao mesmo tempo, a esperança de que a polícia atuaria para reprimir um setor revolucionário de massas não foi plenamente vitoriosa. Apesar da CUT, CTB e UGT atuarem diretamente na repressão auxiliando na agressão e na prisão de pessoas, o óbvio aconteceu: a repressão foi dirigida para todos na rua e mesmo o ato legalista não pode ser finalizado.

A tática governista-reformista foi vitoriosa? Em parte. Eles não conseguiram com o discurso desqualificar o setor revolucionário de massas. Os “mascarados” eram aplaudidos onde passavam por amplos setores. Mas auxiliando o serviço secreto da polícia e provocando um confronto logo que o ato chegou a Cinelândia, os governistas conseguiram impedir a luta ideológica que se daria pela disputa do direcionamento do ato ao palácio Guanabara.

A política reformista das centrais só ajudou a uma política sair vitoriosa: a do Estado repressor e da burguesia. O principal objetivo era que as bases do ato da Cinelândia não se incorporassem ao ato do Fórum de Luta pelo Transporte no Palácio Guanabara. E esse objetivo foi alcançado, graças à colaboração direta da polícia política stalinista da CUT e CTB, com o silêncio covarde da CSP-CONLUTAS ou com ações muito tímidas e contraditórias.

A tática revolucionária de massas foi vitoriosa? Em parte. Na pior das hipóteses ela conseguiu um empate. Não somente o setor dos “mascarados” participou de todo ato, como conseguiu oferecer alguma resistência à repressão. Se não conseguiu executar sua política de realizar o ato até o Palácio Guanabara, sua resistência desmascarou a política de “showmício” das centrais e mostrou seu caráter de direita.

Se o ato do Rio de Janeiro explicitou essas contradições, a paralisação nacional não marcou diferença em relação a essas contradições. As ações do ato e seus efeitos (nulos) sobre as reivindicações concretas opõe o ato de 11 de julho às

jornadas de junho. O movimento que surgiu das contradições sociais em junho e transformou-se num movimento de massas espontâneo está numa relação de contradição com o ato chapa branca das centrais.

1) A AUTOCRÍTICA: OS LIMITES DA AÇÃO DE VANGUARDA SEM A LUTA POLÍTICA NA RETAGUARDA

A participação de um setor de massas que defende a ação direta e a resistência foi fundamental. Mas não podemos cair em ilusões. Essa ação conseguiu produzir várias vitórias em relação ao governismo, neutralizando suas táticas. Mas a vitória política foi do Estado burguês, que mesmo não sendo bem sucedido em sua tática, conseguiu graças ao apoio das centrais, alcançar seu objetivo político e estratégico (impedir a tomada ou ocupação do Palácio Guanabara).

Essa derrota na política ou estratégia foi o resultado de um fato simples: o setor que defende a ação direta de massas tinha uma grande vanguarda, mas não tinha uma retaguarda, ou tinha uma retaguarda pequena. Do ponto de vista do momento decisivo, quando a polícia atacou os manifestantes, ela conseguiu dividir esse setor em três blocos: um na Cinelândia, outro na Avenida Chile e outro entre a avenida Chile a Carioca. Os setores ficaram sempre com a Polícia à frente e os setores governistas da CUT, CTB e companhia atacando pela retaguarda.

Isso poderia ser um detalhe, mas não é. Na realidade, existe um problema político de fundo. Essas direções se apresentam como legítimos representantes dos trabalhadores e estudantes e controlam a representação das categorias a partir das direções e burocracias sindicais. Dessa maneira, elas impedem que a ação direta de massas seja organizada a partir dos locais de trabalho, estudo e moradia e, nesse sentido, geram a situação de separar o setor que defende a

ação direta de massas das organizações e das bases. É certo que essa separação não é completa.

Mas o fundamental é o seguinte: Os setores social-democratas (CUT, CTB, CSP-CONLUTAS) e conservadores (UGT, Força Sindical, NCST) querem criar o mito de que o único sindicalismo e a única política possíveis a partir das organizações é o de ação legalista e oficialista. E para isso querem promover uma cisão entre o setor que defende a ação direta e as bases. Seu interesse é se preservar no controle da burocracia sindical e do movimento social, dos recursos e da representação. Para isso eles querem isolar na “vanguarda” o setor de ação direta, como se este não tivesse nenhuma relação com as bases, como “agentes infiltrados”. Assim eles preservam o poder sobre a organização e representação.

O Estado burguês também quer impedir a ação direta de massas. Por quê? O levante popular de junho demonstrou que a ação direta é capaz de derrotar o Capital. Logo, existem interesses comuns entre a burocracia sindical e reformista e o Estado. Esse interesse é em desorganizar a ação direta de massas, criando uma falsa dualidade entre sindicatos e movimentos sociais que só realizam ações pacíficas e centralizadas versus grupos que não estão vinculados à organização e representação dos trabalhadores.

O objetivo estratégico do Estado burguês é separar os grupos de ação direta das organizações e da luta política dentro das organizações de representação dos trabalhadores. Induzi-las ao isolamento ou ao desvio vanguardista (de deixar a luta política e o trabalho organizativo na base e se dedicar única e exclusivamente ao trabalho de enfrentamento que se dará sob condições cada vez mais desfavoráveis).

Por isso o trabalho de vanguarda, fundamental nos protestos no Brasil, não pode prescindir de um trabalho político-organizativo na retaguarda. E isso exige um programa,

uma forma de organização e uma política.

2) POR UM SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: AÇÃO DIRETA, RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DE BAIXO PARA CIMA

A polarização entre reforma X revolução hoje no Brasil se apresenta como a polarização entre os setores de massa que defendem a ação direta e os setores que defendem a ação parlamentar e Estatal como sujeito e os sindicatos e movimentos sociais como bases de apoio da coalizão partidária e governamental. O primeiro método é característico do sindicalismo revolucionário e o segundo do sindicalismo conservador (fascista-varguista e social-democrata).

Essa polarização não significa que exista um setor revolucionário de massas consolidado. Significa que a posição revolucionária deve necessariamente defender a ação direta e através dela construir as organizações de tipo sindicalista revolucionário. A ação direta não pode permanecer como uma ação de vanguarda. Ela deve se transformar em parte da organização e das formas de representação dos trabalhadores, estudantes e do movimento popular em geral.

Por isso, é preciso fazer a disputa política e ideológica dentro dos locais de trabalho, estudo e moradia. É preciso criar oposições e organizações de tipo sindicalista revolucionário, para que a energia e combatividade do movimento de massas consigam se estruturar de forma duradoura e transformar-se em uma alternativa de luta e organização para a juventude e a classe trabalhadora.

Da periferia para o centro: qual o papel da luta popu- lar na capital federal?

1 de agosto de 2013

O Distrito Federal (DF) não esteve aparte do levante popular de junho. Uma análise das jornadas de lutas populares no DF é essencial, pois ela ilustra questões fundamentais do levante popular em termos nacionais e seus desafios. Diversas batalhas foram travadas no Estádio Nacional, na esplanada dos ministérios e na rodoviária. Deve-se também, mais do que nunca, considerar as expressões de luta nas periferias e no Entorno do DF (que compreende as cidades goianas espacialmente próximas e que possuem suas populações centralizadas economicamente pela capital) já que diversas lutas ali foram e são historicamente travadas com grande capacidade de resistência das massas.

Primeiramente cabe ressaltar que, enquanto as lutas massivas tiveram maior fôlego em outras cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador etc.), estas tiveram um rápido ápice em Brasília, com os atos na esplanada, que durou pouco menos do que duas semanas. As

manifestações no DF foram se massificando rapidamente, muito em resposta a conjuntura nacional e a repercussão midiática. Não que não houvessem uma série de demandas populares sendo defendidas, mas o processo repentino de luta e os métodos utilizados não foram capazes de construir uma pauta material clara que unificasse de fato as manifestações e pudesse dar um fôlego maior para a continuidade da luta. O movimento ficou refém por um lado dos tradicionais partidos eleitoreiros e grupos autonomistas, e por outro de “pseudo-lideranças” nascidas no facebook, despreparadas e, no pior dos casos colaboradoras da mídia e da polícia. A principal consequência era a fragilidade da situação. Com a não aprovação da PEC 37, e com um certo ofuscamento da mídia para os protestos a nível nacional, a queda na massificação foi imediata, alguns atos foram propositalmente desmarcados e o movimento foi sendo boicotado pela confusão de informações e dispersão de atos e convocatórias via redes sociais.

Não que a luta tenha parado em outros locais, como nos locais de trabalho e de moradia. A revolta popular do Entorno Sul (Valparaíso, Jardim Ingá, Ocidental etc.) com mais de 5 mil pessoas que queimaram cerca de 10 ônibus e apedrejaram a prefeitura de Valparaíso no dia 21 de junho; a paralisação relâmpago dos rodoviários contras as demissões e o enfrentamento das massas com a polícia em plena rodoviária no dia 24 de junho; assim como a revolta em Santo Antônio do Descoberto-GO (palco de outros enfrentamentos combativos com a polícia) no dia 8 de julho, além de diversos outros atos nas periferias, que ainda continuam acontecendo, demonstraram a possibilidade concreta para a luta combativa nos locais de moradia, trabalho e estudo.

É claro que a luta no DF também não começou em junho. Quem mora no DF ou Entorno sabe que as queimas de ônibus, os fechamentos de rodovias e as manifestações nas periferias e cidades do Entorno são uma constante. Porém,

houve nacionalmente um salto de qualidade nesse mês de junho. A brutal repressão policial desatada contra as manifestações obrigou o povo a resistir e a enfrentá-la, separando claramente o Estado, a polícia e a burguesia da classe trabalhadora – ainda que tal separação não tenha evoluído do nível ideológico ao nível político-organizativo. A ação direta tomou proporções nacionais envolvendo amplas camadas da classe trabalhadora e da juventude e, o que é mais importante, deixou o exemplo do caminho histórico a seguir para o povo arrancar suas vitórias. Tanto os atos nas periferias quanto os protestos na esplanada ou no Estádio durante o mês de junho demonstraram em parte essa contradição: repressão policial *versus* resistência popular.

1) AS ILUSÕES LEGALISTAS, AS MARCHAS NA ESPLANADA E A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA PERIFERIA

Existe em Brasília um bombardeamento ideológico legalista e pró-cidadania muito superior a todas as outras cidades do país. As marcas do discurso ideológico da capital federal estão nas propagandas, na arquitetura, na vigilância, repressão, no sonho do concurso público etc. Porém, toda essa “áurea mística” de Brasília é sustentada com a pobreza, a precarização dos serviços públicos (saúde, educação) e especialmente uma profunda questão urbana relacionada à moradia e ao transporte. O Entorno e as periferias do DF expressam a profunda marginalização histórica do proletariado, e é onde as massas são confinadas e mantêm sua vida e sua identidade. A esplanada dos ministérios e demais símbolos da capital federal não são patrimônios a serem respeitados pelo povo, são precisamente os símbolos da sua dominação e exploração diária, e são vistos pelo povo com desconfiança nos dias de labuta, de dentro do ônibus lotado. O centro é para onde as massas se deslocam todos os

dias, e este mesmo centro que foi erguido com o suor e sangue de milhares de trabalhadores lhe é negado qualquer participação e vivência em sua própria obra. Tal contradição expressa dois territórios diferentes da luta de classes, o terreno do inimigo em que se encontra o Estado e o terreno onde se encontram as massas trabalhadoras.

Porém, tal contradição centro-periferia a muito tempo não é levada em consideração pela “esquerda” eleitoreira e reformista a nível nacional. O que ocorre em Brasília é a centralização das manifestações na esplanada dos ministérios, a militância voltada para o serviço público e disputa dos aparatos estatais, sindicais e estudantis, a pouca ou nenhuma atividade de agitação e propaganda nas periferias (ou nos locais de trabalho e estudo), dentre outros sintomas. Porém, o fetiche pela esplanada é um dos mais fortes sintomas dessa doença burocrática.

O velho e falido método das “voltas olímpicas” na esplanada dos ministérios, tal como foi o circo do dia 11 de julho, organizadas pelas centrais sindicais conservadoras (CUT, CTB, Força Sindical) e social-democratas (Conlutas e Intersindical), já é conhecido da população. As massas trabalhadoras geralmente observam passivas de dentro do ônibus ou da rodoviária as marchas “ordeiras” e eleitoreiras passarem pela esplanada. Sem qualquer envolvimento, sem ter sido efetivamente convocada ou mobilizada, a classe trabalhadora local é em geral uma ínfima parcela dessas marchas. A muito que tais “protestos” na esplanada são vistas com desconfiança pelos trabalhadores. Os sinceros lutadores observam sempre a mesma corja de burocratas subindo para fazer acordos já previamente estabelecidos entre estes e o governo. As Centrais e Partidos, não pretendendo efetivamente combater o Estado capitalista e sim, pelo contrário, colaborar com ele, organizam-se junto com a polícia para impedir o menor sintoma de ousadia e combatividade das massas (geralmente como a ocupação de apenas uma via, tal

como foi com a marcha da UNE no dia 27/06). E, enquanto os verdadeiros burocratas sindicais e estudiantis continuam traficando os interesses do povo, os paragovernistas do Psol e Pstu permanecem proferindo a sua eterna ladainha: “*faltam condições para a radicalização*”, para justificar seu colaboracionismo e alimentar a ilusão covarde de que “um dia” (num futuro indefinido!) haverá condições para romper com os métodos da burocracia governista. Está montando o circo nosso de cada dia.

Além disso, a algum tempo a esplanada também é palco dos “passeios de domingo” contra a corrupção, com direito a convocatória na televisão, onde uma multidão é orientada por partidos e grupos de direita (e pela própria mídia burguesa) nos mais estreitos limites da concepção cidadã e moralista da luta contra a corrupção. Esse segundo tipo de “marcha”, predominantemente da pequena burguesia e de servidores públicos, expressa de forma muito evidente a “ideologia pró-cidadania” que falávamos anteriormente. Nada mais conservador.

Portanto, uma das principais características destas marchas é reforçar as simbologias estatais e da “participação cidadã” dentro da legalidade do sistema. Ambas operam no sentido de fortalecer o Estado brasileiro e reforçar a “forma correta” de manifestação, ordeira e inofensiva. Isso ocorre porque as duas marchas supracitadas possuem seus representantes oportunistas no parlamento e se colocam às ruas como meros apêndices, quer dizer, como força externa aos políticos profissionais seja no executivo ou legislativo, portanto sem independência. Por outro lado, e indo na contra-mão dessas “marchas”, estão as jornadas de junho. As massas populares no país inteiro estão aprendendo por uma dura experiência que a única forma de serem “representadas” é através da ação direta nas ruas, pelo “quebra-quebra”, pelas barricadas e pela greve geral. As massas não possuem interesse nas negociatas de gabinete, e isso pelo simples fato

de sempre saírem perdendo nesse terreno e sempre saírem alimentando novos burocratas traidores. Portanto, nas jornadas de junho o povo escolheu as ruas como campo de batalha e descobriu que é possível vencer nesse terreno. O temor dos oportunistas de esquerda e de direita não poderia ser maior.

É importante ressaltar essa questão pois as maiores manifestações de junho em Brasília ocorreram na esplanada, e apesar de existirem setores que tentaram transformar-las em marchas ordeiras e legalistas, não alcançaram êxito. Os ventos combativos das lutas Brasil afora exigiam novos métodos, novas concepções do que é bom ou ruim. A transposição dos estreitos limites da legalidade e do “aceitável” pelo Estado ou pela FIFA estavam permanentemente em cheque. Desde a manifestação na abertura da Copa das Confederações (15 de junho) onde as massas romperam a “orientação” do Psol e PT para fazer mais uma volta olímpica na esplanada (orientação com o único intuito de fugir do Estádio) que o conflito entre os setores reformistas e combativos se apresentou nas jornadas de junho. Naquele dia, apesar da manifestação conseguir romper diversas barreiras policiais, ao final do ato a repressão policial caiu violentamente sobre os manifestantes, que despreparados não conseguiram opor grande resistência e houveram muitos presos e feridos.

Na “ocupação” do Congresso Nacional, dia 17 de junho, o aparato repressivo foi surpreendido mais uma vez pela ousadia das massas, ninguém foi preso e não houveram grandes confrontos com a polícia. Porém, o Estado que desconfiou demasiadamente da capacidade da ação direta popular na esplanada cometeu erros básicos, reconhecidos pela própria polícia, fato que levaria a ampliação considerável do aparato repressivo nos próximos atos. Ainda no dia 17 de junho, houveram massivas e radicalizadas manifestações no país inteiro demonstrando a força da ação direta (especialmente na ocupação da ALERJ no Rio de Janeiro) e preparando o

terreno ideológico para o dia 20 de junho.

Podemos dizer que o “dia nacional de lutas” em 20 de junho foi uma das maiores demonstrações de determinação das massas trabalhadoras na esplanada dos ministérios. Ela em nada lembrou as marchas ordeiras e legalistas das Centrais governistas ou as “marchas contra a corrupção”. Mais de 60 mil manifestantes ocuparam a esplanada, porém, dessa vez a repressão apresentava um gigantesco aparato policial-militar. A massa presente, no entanto, já estava relativamente calejada e instintivamente impulsionada para a radicalização frente as provocações do Estado policial. Os manifestantes que exigiam o direito de ocupar novamente o Congresso Nacional foram duramente reprimidos pela polícia, e após isso, era uma questão de tempo e de local para irem estourando novos conflitos entre manifestantes e policiais. Nessa “ginástica” do combate os manifestantes foram ampliando cada vez mais a radicalização e a ousadia nas ações, e os gritos “sem violência” sumiram diante da determinação de resistência das massas.

Apesar de todo apelo pacifista da mídia burguesa a nível nacional, os grupos combativos, que resistiam com pedras e paus, foram ganhando apoios e adesões frente a brutal repressão policial. Na esplanada dos ministérios, o ponto mais alto do conflito com a polícia foi na entrada do Palácio do Itamaraty. Não era uma minoria de vândalos e anarquistas “depredando o patrimônio público”, era uma massa enorme de jovens e trabalhadores dispostos a enfrentar a repressão e a destruir as simbologias opressivas do Estado. Para os oportunistas de plantão, a tentativa de ocupação do Itamaraty lhes pareceu um ato de vandalismo sem sentido, sem objetivo, mas para os manifestantes que resistiam naquele momento à repressão policial aquilo era uma demonstração de força popular, e se pensarmos em todas as manifestações e confrontos que ocorriam naquela noite em todo país e no mundo, realmente aquela ação ganha toda sua relevância.

Ainda naquela longa noite, diversas barricadas em chamas foram levantadas, mais de cinco ministérios apedrejados e pichados com demandas populares, três manifestantes presos, mais de 150 feridos, e alguns policiais também feridos.

A partir do dia 20, houve um grande declínio na participação das manifestações, especialmente na esplanada. O último grande ato na esplanada foi no dia 26 de junho e contou com cerca de 4 mil manifestantes. Esse protesto, no entanto, teve ao seu fim uma brutal repressão policial que perseguiu durante quilômetros os manifestantes, jogando bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, espancando, jogando cachorros e atropelando as pessoas com os camburões, houveram dezenas de presos e feridos. O Estado, através da ampliação gigantesca do aparato policial-militar, estava dando o recado de que ali na esplanada dos ministérios, na capital federal, não seriam mais toleradas manifestações populares combativas e violentas. Por outro lado, é certo que o próprio povo possuía limites organizativos claros para manter permanentemente um enfrentamento na esplanada no patamar em que o Estado estava se propondo.

Portanto, no caso das lutas na esplanada, estas rapidamente se esgotaram essencialmente por ser aquele um terreno privilegiado para o inimigo e ainda não haver uma organização popular suficiente forte para: 1) Manter o ânimo elevado nas massas, através da organização e agitação cotidiana nos locais de trabalho, moradia e estudo, e um local de organização central como, por exemplo, as Assembleias Populares constituídas em BH e RJ – a tentativa de algo similar em Brasília sofreu o mesmo rápido definhamento e tal espaço, cuja área de encontro era a própria esplanada, garantiu a não unificação de pautas e posteriormente seguiu a reboque do governo ao se resumir a debater a reforma política; 2) Uma organização massiva da resistência popular às forças da repressão policial estatal, tal como está ocorrendo atualmente no Rio de Janeiro com a preparação da

autodefesa. Apesar das importantes manifestações travadas na esplanada (possibilitadas principalmente pela massificação), devemos ter claro que a esplanada dos ministérios é um campo estratégico e central do Estado. No atual momento, levar a luta para as periferias e locais de trabalho significa afastar taticamente as manifestações do principal campo de batalha do inimigo e trazê-la para mais próxima do povo trabalhador e juventude das periferias. Incendiar as periferias e locais de trabalho e estudo com a chama da organização e ação direta popular, eis a tarefa dos lutadores do povo no atual momento.

2) A "ASSEMBLEIA DOS POVOS" E A CANTILENA GOVERNISTA

Após a batalha do dia 20 de junho foi convocada uma “Assembleia dos Povos” para o dia 23 de junho. A assembleia contou com mais de 300 pessoas e poderia ser um importante momento de organização da revolta das massas, porém, na prática não só não contribuiu para organizar as lutas, como teve um impacto desmobilizador sobre o conjunto do movimento. A direção conjunta dos governistas (PT e PCdoB), para-governista (Psol e Pstu) e autonomistas (MPL) foi incapaz de unificar as lutas no DF e, ao contrário disso, confundiu, cansou e enfraqueceu a disposição de luta dos presentes na assembleia.

Sem objetividade, as assembleias trabalharam de forma idealista. Na primeira assembleia os presentes perderam mais de duas horas definindo uma dinâmica impossível de ser cumprida, sob o argumento de ser a forma mais “horizontal” para o debate. Resultado: quase nada foi deliberado a não ser a divulgação de um “calendário de atos” com diversas manifestações fragmentadas todos os dias, grande parte delas na própria esplanada, e grande parte delas acabou não ocorrendo. A segunda assembleia foi mais idealista

ainda, se propôs a definir com “perfeição” um programa geral e “detalhado” de reivindicações e pouco se preocupou em debater o próprio futuro das manifestações de rua, as táticas, os métodos de organização. Ou seja, se debateu um “lindo” programa que era incapaz de ser levado a prática por falta de base social mobilizada. Quando o tema da reforma política tomou maiores proporções, a assembleia se resumiu a debater tão somente esta pauta, mostrando sua reduzida capacidade de intervenção política, sendo mais determinada que determinante.

Em termos políticos, a Assembleia dos Povos seguiu a cantilena governista de que a direita estaria dirigindo o levante de junho e que, portanto, era necessário unificar “toda a esquerda” em torno de um programa comum. Porém, para os reformistas a principal tarefa não era aprofundar a luta nas ruas e sim controlar e domesticar essa luta, e tudo isso sob bandeira de disputar o movimento para que não tomasse rumos de “direita” ou “fascista”. Sabemos que na verdade tal política foi desde o início levantada para blindar o governo Dilma das críticas. Frente a realidade de não poder mais controlar e manipular as manifestações nas ruas, os governistas chegaram ao desespero de alarmar a possibilidade de um “golpe de direita”, omitindo obviamente o fato da burguesia já estar muito bem acomodada no atual governo. Dessa forma os petistas, infelizmente, conseguiram dar a Assembleia dos Povos um caráter dirigista e burocrático frente ao levante popular, criando em Brasília mais um espaço superestrutural descolado das massas e temente a sua revolta.

Por sua vez, os para-governistas e autonomistas foram incapazes de propor uma política alternativa para as lutas. No final das contas, a CSP-Conlutas e a ANEL continuaram na rabeira da CUT e centrais sindicais pelegas dando aval aos seus métodos burocráticos e sua política governista, e o MPL continuou no seu diletantismo autonomista, incapaz que é de fazer uma análise clara do governismo e o papel

burocrático e reacionário deste, motivo inclusive pelo qual é a anos um espaço de militâncias ocasionais e flertes de setores do PT-DF.

Diante dessa iniciativa derrotada, e outras atitudes desastrosas levadas a cabo pelos reformistas no Brasil inteiro, cabe agora definir em linhas gerais algumas táticas a defender de acordo com a estratégia geral revolucionária e anarquista. Cortar pela raiz os métodos e concepções reformistas é uma necessidade para avançar na luta dos trabalhadores e estudantes combativos.

3) IR AO POVO: A TAREFA DOS ANARQUISTA DIANTE DO LEVANTE POPULAR

Para tirar as orientações da nossa atuação para o próximo período, devemos considerar estrategicamente que, estando a luta de classes de forma geral mediada pela dominação do Estado capitalista, o povo trabalhador nas ruas sempre luta em terreno inimigo, portanto, na defensiva estratégica. Os manifestantes nas ruas podem avançar com possíveis ofensivas táticas (batendo e recuando), inclusive aplicando derrotas parciais ao inimigo, mas não poderão vencê-lo definitivamente a não ser através da insurreição geral, no campo e na cidade, ou outro fator que eleve a classe trabalhadora para a ofensiva estratégica. Tal é a forma revolucionária de compreender a natureza da luta de classes, sem ilusões ou covardias. O que é permanente aos distintos níveis da luta é que os trabalhadores devem se organizar autonomamente para combater a burguesia, não para conciliar com ela. Portanto, os diferentes métodos e táticas utilizados (de propaganda, agitação e organização) devem condizer com essa compreensão estratégica e acumular forças para tal.

Dessa maneira, os anarquistas tem duas tarefas: 1) a tarefa de impulsionar a ação direta de massas; 2) a tarefa de impulsionar a autoorganização. As formas da ação direta

comprovam que é possível enfrentar o Estado, mas a situação agora não é de ofensiva, então é preciso saber atacar e recuar, de acordo com relação local de forças. Quando o aparato repressivo está concentrado, é preciso descentralizar as ações. Quando o aparato repressivo está descentralizado e é pego de surpresa, é possível realizar ações nos centros de poder (como na ALERJ e no Palácio Itamaraty). Como vimos no caso de Brasília e em diversas capitais, a formação dos órgãos temporários como os fóruns de lutas e as assembleias populares foram imobilizadas ou muito prejudicadas pelas contradições do governismo, do paragovernismo e do autonomismo. Logo, os anarquistas não somente devem defender a ação direta, mas realiza-la de acordo com uma tática e estratégia, e combater os governistas e oportunistas dentro das assembleias e fóruns temporários e também nas bases das diferentes categorias. Isso significa defender o poder das bases e também um método materialista de mobilização, que parta não de reivindicações abstratas mas das respostas aos problemas materiais da classe em cada momento histórico.

Estamos vivendo uma nova conjuntura da luta de classes, e o próximo período de lutas será marcado pela experiência e continuidades do levante de junho. O desenrolar da luta dependerá do aprendizado com o povo, e acima de tudo que esse aprendizado vire ação e reorganização, ou seja, destruição das velhas e falidas representações dos trabalhadores e construção de formas realmente novas de auto-organização.

Nesse sentido, os sinceros lutadores não devem esperar qualquer iniciativa ou falsas promessas dos partidos eleitorais e sindicalistas pelegos, pois as podres disputas pelos cargos no Estado e nas burocracias sindicais e estudantis os levam sempre para o imediatismo e oportunismo, afastando-os cada vez mais das massas. Devemos, ao contrário, nos afastar e afastar nossos camaradas da mentira e do oportunismo dos partidos e centrais, desvendando a olho nu toda a podridão por detrás dos partidos mais “vermelhos”.

A alternativa é, portanto, como diria Bakunin: “*Ir ao povo*”. Manter e ampliar o trabalho de base nos locais de moradia, trabalho e estudo, debatendo e defendendo os métodos de luta, programa e formas de organização combativos e classistas. Este trabalho de base deve ser permanente e pode não surtir efeitos imediatistas, no entanto, a partir da própria experiência histórica sabemos que não existe atalho para a auto-organização popular. Essa iniciativa militante poderá partir primeiramente dos combativos movimentos populares, sindicatos, oposições sindicais, associações comunitárias e movimento estudantil, mas não deve se restringir a eles, já que o levante de junho demonstrou uma grande potencialidade criativa das massas que deve ser incentivada e apoiada. Mais do que nunca devemos levantar a bandeira pela construção de uma Tendência Classista e Internacionalista!

A importância da luta camponesa e indígena na atual conjuntura: a estratégia da ação direta frente ao reformismo

17 de agosto de 2013

O levante de junho colocou uma clara oposição aos mega-eventos e, conseqüentemente, aos planos desenvolvimentistas do Estado. Porém, na “gestação” destes conflitos em meados de maio-junho os indígenas também se levantavam em lutas radicalizadas pelo país. Naquele momento duas características estavam evidentes: 1) As lutas que se travavam nas cidades e nos campos expressavam em seus métodos a ação direta e a independência frente aos Partidos e Centrais (ou aprópria omissão e boicote por parte destes últimos); 2) Uma forte repressão policial-militar baixava sobre todas estas lutas, levando inclusive ao assassinato de camaradas indígenas no Mato Grosso do Sul. A polarização social que explodiu em junho não caiu do céu ou das “redes sociais”, ela teve a sua origem na própria dinâmica do

conflito de classes em nosso país, conflito esse que parece incompreensível para os reformistas e burocratas sindicais que desde o início os assistiram de seus gabinetes.

As lutas indígenas há algum tempo vêm trazendo fissuras no consenso governista. Recentemente os conflitos foram ficando cada vez mais agudos, com a luta dos Guaranis Kaiowa e também com as “retomadas” de terra pelo povo Terena no Mato Grosso do Sul. Muitas lutas também vêm sendo travadas contra a usina de Belo Monte, pela retomada da Aldeia Maracanã, contra o setor Noroeste em Brasília, contra as barragens e hidrelétricas que atingem diretamente as áreas indígenas e camponesas. O Estado por sua vez vem desatando uma verdadeira guerra pelo desenvolvimento, uma re-colonização interna, assassinando e reprimindo os povos indígenas e camponeses. A grande questão é: não podemos analisar a totalidade dos conflitos desencadeados no mês de junho, que explodiram em revolta popular nas grandes cidades do país, sem compreender o acirramento da luta de classes que também está ocorrendo no campo, onde os indígenas estão sendo importantes protagonistas da resistência. O mesmo governo burguês e seu projeto desenvolvimentista está sendo “desafiado” no campo e na cidade.

A luta pela terra não é apenas travada pelos indígenas, ela envolve também a ampla massa camponesa com sua diversidade cultural e econômica (ribeirinhos, posseiros, quilombolas, assalariados rurais, etc.). O campesinato brasileiro tem sido alvo freqüente do “agronegócio”, sendo expulsos violentamente ou legalmente de suas terras, sendo submetidos às cadeias produtivas extorsivas do capitalismo agrário, sendo recrutados para trabalhar em regimes de semi-escravidão assalariada, dentre outras expressões da estrutura agrária de nosso país. O fato é que essa estrutura, juntamente com os grandes empreendimentos energéticos e dos mega-projetos, vem sendo aprofundada como as bases econômicas e a base ideológica do “Brasil potência” do atual governo Dilma/PT.

Combater essa base significa necessariamente desestabilizar o governo, tal é o medo dos oportunistas diante das recentes lutas indígenas no campo e lutas populares na cidade.

Esse projeto “modernizador” colocou os povos indígenas em uma situação clara de conflito. Mas o que realmente colocou a luta indígena na oposição direta ao Estado foi sua relativa independência e capacidade de luta. Enquanto as direções dos movimentos sociais e Centrais sindicais (MST, Contag, CUT e CTB) negociavam a morte da “reforma agrária” (que nunca realmente saiu do papel!) em mesas de negociação e acordos com o governo Dilma/PT, as bases indígenas demonstraram intransigência e não estavam dispostas a ceder mais seus territórios. Essas lutas indígenas, através das ocupações de órgãos públicos, obras de usinas e hidrelétricas, e especialmente as resistências e ocupações de terras, mais do que a obtenção da importante solidariedade de amplas parcelas da sociedade (e do silêncio e omissão dos governistas), deve levar uma profunda reflexão e reorganização ao restante do movimento camponês e popular no Brasil.

DIA 11 DE JULHO: NADA DE LUTA PELA TERRA!

O circo armado para o dia 11 de julho auto-intitulado “dia nacional de lutas” demonstrou a domesticação de todas as Centrais Sindicais frente ao Estado desenvolvimentista e militarista brasileiro. As Centrais pactuaram em um programa que não se ligou ao levante de junho, silenciaram frente aos mega-projetos, frente à repressão policial, frente ao modelo agrário-exportador. E isso não é por acaso, importantes partidos governistas (dirigentes da CUT, CTB e UNE) apóiam a Copa do Mundo e os mega-eventos esportivos, além de serem primeiros aliados da burguesia rural e do “agronegócio”. Além disso, a dinâmica burocrática do “dia nacional de lutas” não apenas colocava o movimento

camponês subordinado politicamente ao movimento sindical-urbano, como levava os trabalhadores e a juventude em geral à submissão e tutela dos supostos representantes sindicais e partidários. Legítimos para o Estado, oportunistas para o povo em geral.

Mesmo que a reivindicação pela reforma agrária tenha sido levantada, assim como todas as outras reivindicações ela não saiu do papel e da simples agitação inofensiva, da súplica frente ao governo Dilma. Nenhuma grande luta foi travada no campo, nenhuma greve rural ou ocupações de terras. Sequer as batalhas que estavam sendo travadas pelos povos indígenas foram lembradas e incorporadas. No entanto, após uma década de ilusões, e frente ao levante de junho, as Centrais e Partidos governistas possuem maior dificuldade em advogar a suposta “disputa do governo”. Enquanto os indígenas e a juventude marginalizada continuam suas batalhas no campo e na cidade, enquanto estão resistindo e avançando, os Partidos e Centrais estão implorando pela governabilidade do Estado e pela manutenção da ordem democrático-burguesa. A cada passo que é dado na luta popular os oportunismos vão ficando mais evidentes. Juntamente aos levantes populares nas cidades e às greves nas obras do PAC e mega-projetos, as lutas pela terra e pelo território possuem um potencial indigerível pelas atuais estruturas do Estado brasileiro.

POR NOVAS RETOMADAS DE TERRA, POR NOVAS AÇÕES DIRETAS E REVOLTAS CAMPONESAS!

Diante da conjuntura apresentada, a aliança do campesinato com o proletariado marginal em nosso país parece evidente, necessária e possível. Ambas representam as maiores frações da classe trabalhadora brasileira e onde o conflito de classe se apresenta de forma mais violento tendo em vista o

caráter do Estado brasileiro e o atual modelo de acumulação do capital.

Por isso é essencial que os setores combativos do movimento camponês e indígena promovam uma ruptura definitiva com o governismo. É preciso construir oposições de trabalhadores assalariados, camponeses e indígenas para lutar por terra e liberdade. Lutar contra o desenvolvimentismo neoliberal.

Está mais claro do que nunca que a luta popular combativa, no campo e na cidade, pode e deve se desenvolver por fora das Centrais e Partidos da ordem, e deve renegar o método das negociatas de gabinete e das súplicas ao governo. Isso não significa que os movimentos camponeses devem entrar em cada luta como se fosse a última, que não devem ter tática para alcançar seus objetivos. O fundamental é que saibam estabelecer a independência e o protagonismo na ação dos camponeses e trabalhadores em geral. O combate ao reformismo e ao governismo devem se traduzir em novas formas de organização, métodos de luta e reivindicações. A tarefa do momento é unificar os setores combativos e organizações de massa em defesa de uma alternativa sindicalista revolucionária para o campo e para a cidade.

VIVA A LUTA POR TERRA E LIBERDADE!
POR UMA TENDÊNCIA CLASSISTA E INTERNACIONALISTA!

A Batalha da Serrinha e a juventude combativa: entre a repressão do Estado e a decadência reformista, construir a ação direta popular!

30 de agosto de 2013

As recentes mobilizações de massa no Brasil colocaram na ordem do dia os gargalos criados durante o processo de urbanização do subdesenvolvimento brasileiro. Se urbanizou o país relegando os trabalhadores às periferias urbanas, submetidos cotidianamente a horas de permanência no trânsito em transportes sucateados para conquistar um salário de subsistência. No plano político também revela o desgaste e os limites do Lulismo, amparado no binômio neodesenvolvimentismo e neoliberalismo, assim como do caminho eleitoral como incapaz de resolver os problemas sociais que ele mesmo ajudou a criar.

1) ANTECEDENTES DO LEVANTE DE JUNHO: REMOÇÕES E REPRESSÃO EM NOME DO ESTADO E DO CAPITAL

Em 2011, na edição 61 do Causa do Povo, no artigo *FORTALEZA: REMOÇÕES E REPRESSÃO ANUNCIAM A COPA PARA O POVO*, analisávamos o cenário que se estava criando em torno da chegada dos megaeventos no Brasil e em especial em Fortaleza. Nossa tese para o cenário que se estava criando para o período 2013-2014 era clara, um superdesenvolvimento dos programas de segurança pública e planejamento urbano atuando sobre o binômio repressão e remoção sobre o povo e os lares da classe trabalhadora que estivessem no caminho dos megaeventos. Apontávamos ainda que o saldo político seria a criminalização da pobreza e do movimento popular e que em nome da soberania corporativa da FIFA o Estado preparava uma verdadeira militarização da questão social com forte investimento em aparato repressor e rearranjos jurídicos criando um verdadeiro Estado de exceção durante os megaeventos na cidade.

Nossas resoluções políticas para aquele cenário eram também claras e hoje são confirmadas pelos fatos. Colocávamos a necessidade de unidade dos setores antigovernistas do movimento sindical, popular e estudantil como forma de não isolar a luta por moradia. E diante da repressão de alta intensidade que se anunciava colocávamos a necessidade da criação de comitês de autodefesa popular nos bairros. Encerrávamos afirmando que somente a ação direta conseguiria oferecer resistência real aos megaeventos, o Estado e sua polícia.

Ainda em 2012, em nosso documento da Assembleia Nacional da UNIPA, ocorrida em Jan-Fev 2012, afirmávamos que: “*O Governo Dilma está aprofundando o abismo com os movimentos sociais. Estão se criando as condições para uma segunda crise do governismo, só que essa mais profunda. Pois*

dessa crise ou irá surgir uma ofensiva burguesa avassaladora que contará com o apoio explícito da CUT e CTB ou desencadeará movimentos espontâneos que sofrerão a pressão dessas forças”. As mobilizações de Junho provaram isso, quando as massas proletárias identificaram seu inimigo, o capitalismo e a organização estatal representada nos partidos burgueses, bancos e grandes redes de lojas, que terminaram destruídas por onde passava a fúria proletária.

Em junho/julho de 2012, na edição 64 do Causa do Povo, analisamos que além das remoções e repressão, a Lei Geral da Copa indicava a criminalização das formas de luta dos trabalhadores (como as greves e manifestações de rua) e que nesse contexto de aumento da intensidade repressiva jurídica e policial as táticas reformistas resultariam ineficazes. Afirmávamos: *“Perante a perspectiva de repressão generalizada das lutas, as táticas reformistas (o jogo parlamentar, os plebiscitos, os tímidos pedidos de veto à presidência) resultarão ineficazes. As táticas reformistas já estão derrotadas antes mesmo do início oficial da Copa”.* E foi isso o que vimos nas ruas e barricadas pelo Brasil durante as Jornadas de Junho. O reformismo e suas táticas tiveram dificuldades de se tornarem referência para as mobilizações de massa desse período, em grande parte devido ao desgaste político dos partidos conservadores e reformistas. Ao invés disso, o que vimos foi a ação direta popular nas ruas enfrentando a polícia e atacando a propriedade privada. Afirmávamos ainda que a saída proletária para esse cenário passava por uma política antigovernista, baseada em organizações de base e pela ação direta: *“É necessário que os movimentos populares quebrem o cerco do governismo e do reformismo que amarra e freia as lutas desde 2003 resolvendo o problema de organização classista e direção política”.*

Em agosto/setembro de 2012, na edição nº 65 do Causa do Povo, nos focamos na análise do esquema de repressão montado pelo Estado e o capital para garantir a soberania

corporativa dos megaeventos no Brasil, na tentativa de blindá-los de qualquer manifestação popular contrária as Copas. Afirmávamos que: *“A montagem desse esquema de segurança garante a operação de um Estado de exceção durante os megaeventos e o precedente da permanência de todos esses dispositivos mesmo depois do fim da Copa. Isso elevará o nível de controle do aparato repressor sobre o povo, seja no cotidiano seja no controle de manifestações, ampliando o poder de intervenção das forças policiais que se reflete no acirramento da criminalização e repressão dos movimentos populares. Urge a necessidade do povo se organizar para impedir/bloquear o avanço das forças policiais/repressoras no Brasil”*.

2) DESDOBRAMENTOS LOCAIS: O LEVANTE DE 27 DE JUNHO EM FORTALEZA

A fúria das massas populares desconcertou os jornalistas, os analistas burgueses e os partidos reformistas. No plano local, o dia 27 de Junho certamente entrará na História dos cearenses, dia em que milhares de estudantes/trabalhadores/proletários marginais tomaram as ruas de Fortaleza para lutar contra a acumulação de capital representado pela Copa do Mundo face a miséria das favelas, da cidade e da seca do sertão do Estado. A manifestação contou com mais de 5.000 pessoas, marcando o avanço qualitativo do povo, pois mesmo a manifestação sendo menor em termos quantitativos do que o ato do Castelão de 19/06, foi maior em termos de objetividade, pois vimos claramente a disposição do povo para lutar contra os abusos do Estado, e não mais uma vacinação por conta dos direcionamentos reformistas e pacifistas de atos anteriores, conduzidos por lideranças do facebook em boa parte. Os gritos guiados pela Rede globo de “sem vandalismo” foram abafados pelo ódio das massas.

O ato teve início as 10h da manhã em frente a Universidade Estadual do Ceará (Campus Itapery), sendo composta

inicialmente por estudantes universitários, movimentos sociais, trabalhadores integrados em diversos ramos, torcidas organizadas etc, mas ganhou maior peso com a adesão, durante o decorrer do ato pela Av. Dedé Brasil, da juventude popular do Bairro Serrinha. As palavras de ordem “*Não tem dinheiro para educação, mas tem dinheiro para Aquário e Castelão*” demonstraram o descontentamento do povo com o descompasso entre as obras faraônicas empreendidas pelo Governo do Estado face a miséria da seca no sertão e na negação a direitos básicos como moradia, saúde e educação em Fortaleza. Essas palavras de ordem foram abafadas com centenas de bombas e balas de borracha na barreira policial montada a cerca de 200m do Estádio Castelão.

As pautas do ato foram decididas em Assembleia Popular ocorrida em uma praça de Fortaleza. Apesar de nem todos os presentes no ato estivessem anteriormente nesta Assembleia ou estivessem a par de todas as bandeiras levantadas, havia claramente um descontentamento frente as prioridades de investimentos do Governo do Estado no Castelão, e que em 2012 anunciou um corte de 900 milhões de reais na educação estadual. Por isso a reação violenta do povo, principalmente do proletariado marginal da serrinha (terceirizados, subempregados, desempregados) não foi apolítica, representou um ato político, porém diferente dos atos pacifistas/ordeiros dirigidos pelo reformismo (PT/PCdoB, PSOL e PSTU).

3) A DECADÊNCIA REFORMISTA E O PROTAGONISMO POPULAR

O reformismo cearense ficou atônito face ao protagonismo do povo durante as Jornadas de Junho. É fundamental compreendermos que o reformismo brasileiro seja Governista (PT); seja o para-governista (Psol, Pstu) possuem raízes em comum que é o próprio PT. Este último representou

a gestão burocrática de Fortaleza por 8 anos (2004-2012) e é símbolo da traição à luta da classe trabalhadora na cidade.

Já o PSTU se mostra como a figura da burocracia sindical, que só se importa com o aparato sindical que constantemente freia e negligencia as lutas das demais frações da classe trabalhadora como Passe-livre e a luta por moradia. Em Fortaleza o Pstu se limitou a ficar bem atrás nas mobilizações, como espectador da luta de classes, e chegou a afirmar em seu balanço que um pequeno número de manifestantes iniciou o conflito. Esses falsos balanços só poderiam vim de quem apenas comenta a luta de classes na retaguarda da luta sem compreender bem o que está acontecendo.

O Psol é o partido que representa ideologicamente a pequena-burguesia e como tal oscila entre a defesa dos interesses proletários e da burguesia desenvolvimentista. Nas lutas de junho este teve até setores na linha de frente. Mas seu fracasso estratégico fica explícito quando uma das suas vereadoras de Fortaleza anuncia no último período que “Robertinho fez mais em 6 meses do que o PT em 8 anos” em referência ao prefeito-laranja Roberto Claudio/PSB a serviço da oligarquia Ferreira Gomes. Demonstra, assim, todo o fiasco da política parlamentar no Psol, que apesar das supostas críticas a ação da parlamentar segue como representante do Psol no parlamento burguês.

É evidente que nós não esperávamos esse levante de junho acontecer, mas não é de toda surpresa para nós que acompanhamos a luta dos trabalhadores super-explorados de Jirau e Santo Antônio ano passado e de indígenas na luta contra Belo Monte, todos projetos do PAC e vimos como setores marginalizados como os indígenas e precarizados do PAC desenvolveram lutas centrais no Brasil mesmo fora dos grandes centros urbanos.

Mesmo agora que acompanhamos as mobilizações nos

centros urbanos fica evidente o protagonismo de setores marginalizados desses grandes centros, um grande contingente da classe trabalhadora que sobrevive de bicos e empregos temporários, que é central hoje para o modelo de acumulação de capital dependente brasileiro, e que são negligenciados pelos setores reformistas e por isso mesmo não conhecem o modelo de ato social-democrata que o reformismo incrustou no movimento sindical e estudantil, atos pacíficos e ordeiros que independente da correlação de forças não amedrontam o Estado.

4) O PROLETARIADO MARGINAL: SUJEITO CONTRA O PROGRAMA DESENVOLVIMENTISTA DO REFORMISMO

De maneira geral, há algum tempo, nós da UNIPA expomos como centro da crítica ao Governo Dilma o modelo de desenvolvimento-dependente, a qual os demais partidos reformistas também fazem coro (PCdoB, Psol e PSTU), que tem por base um modelo agro-exportador de super-exploração do trabalho no campo e na cidade e redirecionamento dos lucros ao exterior.

A política econômica do Lulismo teve um ciclo de prosperidade baseado em fatores externos como a valorização das commodities e no nível interno cooptando os movimentos sociais, criando um pacto social com a burguesia.

Esse pacto possibilitou a consolidação de setores médios (aristocracia operária), mas principalmente o abrandamento de reivindicações do proletariado marginal através de políticas compensatórias. Esse ciclo de prosperidade findou-se não apenas pela crise mundial e a desvalorização das commodities, mas também por conta do aumento da dívida pública influenciada pelo grande pacto fiscal com a burguesia nacional/internacional.

O aumento da dívida pública (a ser paga ao Imperialismo e a burguesia) conteve o repasse dos programas sociais, com o contexto da menor produção agrícola voltada ao consumo interno, impulsionado pelo aumento no preço dos alimentos, aumentado assim a temida inflação.

O repasse dos programas sociais do Lulismo vem progressivamente perdendo força na medida em que a inflação avança e o governo prioriza o pagamento da dívida. Assim, os programas de transferência de renda que por muito tempo foi o carro-chefe do governo já não podem ser prioridade e a contenção da revolta do proletariado marginal pelo governo vai sendo nula.

O proletariado marginal é central na luta de classes brasileira não apenas pela importância econômica que tem no nosso país com a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho, mas também pelo enorme contingente desse setor nos grandes centros urbanos.

E se as mobilizações das jornadas de junho tiveram setores da pequena-burguesia na convocatória de muitos atos, foi o proletariado marginal com seus métodos de defesa que criaram os fatos políticos, chamando atenção para os problemas estruturais da sociedade brasileira. A resposta proletária à violência estatal foi uma reação a violência a que são cotidianamente submetidos pela polícia nas periferias e nos jogos de futebol.

A incompreensão do reformismo sobre a composição de classe nesses atos foi tão notório que o PSTU chegou a afirmar que as manifestações ganhariam força quando “os trabalhadores entrassem em cena”, uma alusão a pseudo-greve geral do dia 11/07 que em Fortaleza e em boa parte do país foi um fiasco, ainda que vendido como vitória.

Na verdade os trabalhadores já estavam em cena nas jornadas de junho. Na verdade os setores mais explorados da classe trabalhadora estavam na Serrinha. É a juventude

de desempregada, semi-empregada e terceirizada, que por encontrar obstáculos para se organizar sindicalmente, não interessa a burocracia sindical governista e paragovernista.

Dessa forma, os partidos reformistas não travam uma luta mais séria a respeito dos megaventos e da política neodesenvolvimentista do lulismo, isso porque não compreendem as frações de classe na luta, mas também porque compõem de certa forma o lulismo e compartilham de sua política de desenvolvimento.

5) QUAL O PAPEL DOS REVOLUCIONÁRIOS E DOS ANARQUISTAS NESTA CONJUNTURA DE LEVANTES DE MASSA E DO IMINENTE FIM DO CICLO LULISTA?

As jornadas de junho, apesar de ter perdido corpo progressivamente, não acabou por completo, não apenas pelas lições extraídas, pelo impacto que o Governo Dilma sentiu e por todo o processo pedagógico que as ruas ensinam ao povo.

Mas não acabou principalmente porque o governo segue privilegiando o incentivo fiscal à burguesia, o alto imposto sobre o consumo e os baixos salários aos trabalhadores, a inflação e a carestia de vida tende a crescer, e o cenário internacional só agrava o quadro econômico nacional.

Assim, no próximo período, com o aumento da inflação e a com a farra explícita da Copa e das Olimpíadas, se avizinha, muito possivelmente, um cenário ainda maior de descontentamento do povo, com maior aceitação da ação direta como método legítimo de luta e com a radicalização dos setores médios da sociedade e com a entrada massiva do campesinato.

Contudo, ficam duas lições centrais para os anarquistas e os revolucionários de maneira geral, para se preparem para

esse próximo período: 1) Pensar a luta é um momento do fazer luta; 2) Ir ao Povo.

1) É preciso ter a compreensão teórica sobre as lutas vigentes, pois como demonstramos, ficou explícita a incompreensão pelo reformismo sobre a composição de classe dos manifestantes da jornada de junho. Quando não havia incompreensão houve um cego dogmatismo na compreensão de que o proletariado marginal não compõe a classe trabalhadora.

Assim como é fundamental termos a lucidez teórica sobre o papel da ação direta como via concreta de enfrentamento com o Estado, a criminalização que os partidos reformistas fizeram com os sinceros lutadores deve ser combatida/denunciado. Assim é preciso termos a compreensão que temos inimigos externos ao movimento (Estado/Polícia etc) e inimigos internos (reformistas que denunciam os que lutam com métodos combativos).

Assim, o que deve ser pautado, e o momento político propicia, é o debate entre os revolucionários – e os seus métodos – e os reformistas e suas delações. É importante dessa forma que os anarquistas e os revolucionários se preparem também teoricamente para dar respostas a este período.

2) É fundamental que as reivindicações centrais da jornada de junho como passe-livre para estudantes e desempregados e tarifa zero sem isenção fiscal para a burguesia nem criação de novos impostos para os trabalhadores, além da defesa da universalização da saúde e da educação, possa ser levada para os nossos locais de estudo, trabalho e moradia

Faz-se necessário criar comitês de auto-defesa em cada local de moradia, estudo e trabalho afim que possamos melhor nos organizarmos, enquanto classe, para as futuras batalhas e contra a brutal repressão policial. O mais importante é compreender que o povo organizado, com objetivo

claro e conciso e com os métodos adequados a cada conjuntura, pode sim vencer todo o aparato estatal, ainda que a resposta não seja apenas a violência, está é primordial pois é uma extensão/continuação da revolta do povo não apenas com Dilma/PT e Cid/PSB mas com o Estado e o Capital enquanto tal.

É preciso que as pautas das diversas categorias que mobilizaram o Brasil em diversas greves e mobilizações no primeiro semestre, em defesa de moradia, terra, melhores salários e condições de trabalho, em defesa da saúde e da educação pública, possam se unificar com as pautas gerais das jornadas de junho. Manter as pautas específicas de cada setor/categoria com pautas gerais é o que nos fornece elementos para preparar uma greve geral combativa, instrumento para alcançar vitórias no próximo período.

É preciso ir ao povo e criar alternativas concretas de luta por local de estudo, moradia e trabalho. Para tanto é fundamental também combater as organizações sindicais e estudantis que traíram o povo como a UNE e a CUT/CTB. Essas entidades defendem os interesses do Governo e da burguesia nos espaços da classe trabalhadora e precisam ser combatidos afim de que os revolucionários possam construir uma alternativa de classe para as lutas vindouras.

As tarefas imediatas do poder popular: o caso da greve dos professores do Rio de Janeiro e sua lição para os trabalhadores

11 de outubro de 2013

O levante popular de junho de 2013 no Brasil re colocou as contradições históricas em novo patamar. O levante demarcou claramente que as organizações governistas, de esquerda e de direita, estão alinhadas no campo da reação. Mesmo amplos setores da oposição antigovernista foram, na realidade, tragadas para a política da reação. As organizações sindicais e partidárias estão integradas no sistema capitalista e operam na maior parte dos casos e do tempo como engrenagens do sistema de exploração, como representantes auxiliares do Estado e dos poderes policiais e ideológicos do capital.

O levante popular provocou uma cisão ideológica, estratégica e organizativa. Ideologicamente, ela explicitou as reais

contradições de classe, mostrando que um amplo espectro (direita e esquerda, governistas e oposição) estão na realidade no campo do capital ultramonopolista e do Estado policial. O movimento explicitou a contradição de classes entre uma massa de trabalhadores marginalizados e o Estado policial militar e a ordem burguesa, seus projetos neoliberais e desenvolvimentistas. Ela demarcou um conteúdo ao mesmo tempo antiestatista, antineoliberal e antidesenvolvimentista, que se esboçou nas ações e reivindicações de massa.

Estrategicamente, as massas aprenderam que a ação direta, por meio das ocupações, das ações de resistência à prisão e por meio das diversas e inovadoras táticas de confronto, é a principal forma luta. A ação direta representa também a perspectiva de que não existem intermediários na luta entre o capital e o trabalho. Significa que as organizações e o movimento não delegam a resolução dos problemas reivindicativos ao Estado ou a representantes. Essa estratégia é uma clara ruptura com a estratégia social-democrata predominante há mais de trinta anos, de delegação da ação aos partidos e sindicatos que deveriam “conquistar o Estado”.

Organizativamente, três novas formas surgiram. A organização de massas não corporativa, por meio dos fóruns de reivindicação de direitos e objetivos de natureza temporária. As organizações de autodefesa de massas, da qual o Black Bloc foi a forma mais destacada em razão do seu caráter nacional. As organizações legais ou semilegais de apoio (jurídico, médico e propagandístico). Essas formas organizativas, ainda não plenamente constituídas, não estão plenamente definidas por conteúdo programático, mas são o embrião claro de um poder popular.

Mas existe uma dualidade interna ao desenvolvimento de qualquer forma de poder popular, enquanto embrião e fator gerador da situação de duplo poder revolucionário. Este poder popular traz as contradições históricas de equilibrar

as tarefas destrutivas e criativas, sendo que desse equilíbrio depende o seu destino: o desenvolvimento enquanto forma de poder autônoma e anticapitalista num sentido revolucionário; o desenvolvimento como forma de poder que depois será instrumentalizado para um projeto de conquista do Estado por meio de reformas graduais; sua progressiva diluição/integração nas estruturas do capitalismo ou da sociedade dominante, o que permite a normalização do capitalismo.

A principal contradição existente hoje e que determina as tarefas desse poder popular nascente são resultantes da divisão de classe e da existência de uma estrutura de dominação sobre as organizações populares. De um lado, os setores não-organizados (em partidos, movimentos e associações) que praticamente se confundem com o proletariado marginal, mas que também representa amplos setores do proletariado industrial e do comércio. Estes foram os principais protagonistas do levante. De outro lado, as organizações de representação e amplos setores organizados estão sob a hegemonia de forças governistas e paragovernistas que atuam para reprimir e destruir as formas estratégicas, organizativas e ideológicas produzidas pelo levante.

Enquanto nas ruas os setores não-organizados tiveram grandes vitórias, eles não conseguiram arrancar as massas nem da desorganização, nem da organização burocrática que é controlada pelo Estado, pelos reformistas e pelos conservadores. Isso é bem exemplificado pelo caso das greves da educação pública estadual e municipal do Rio de Janeiro que, ao lado da greve dos professores de São Paulo no primeiro semestre, é emblemática.

O levante popular esbarra sistematicamente nas estruturas burocráticas dos sindicatos, organizações estudantis e partidos. Dessa maneira temos amplos setores que não tem os instrumentos organizativos plenamente desenvolvidos, que produzem novas formas de organização, necessárias,

mas insuficientes, e existem setores organizados que estão imobilizados pelo fato das organizações estarem integradas no sistema capitalista e produzirem um efeito inverso ao que deveriam. A análise da greve da educação do Rio de Janeiro nos permitirá visualizar isso claramente. A dualidade entre setores organizados e não-organizados é o principal obstáculo histórico e precisa ser enfrentado pelo poder popular embrionário que está nas ruas.

A GREVE DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: OS DILEMAS DA LUTA SEM ORGANIZAÇÃO

A greve da educação do Rio de Janeiro explicita várias das contradições sociais e políticas da sociedade brasileira. A categoria dos professores apresenta uma dualidade estrutural: uma categoria ocupacional de trabalhadores não-manuais, especializados com alta escolaridade. Em tese, de acordo com a ideologia burguesa meritocrática deveriam ser parte da “aristocracia” de trabalhadores. Na realidade o salário e as condições de trabalho dos professores da educação pública estadual e municipal são muito inferiores a de operários metalúrgicos e petroleiros. Logo, não existe uma correspondência entre escolarização e salário.

Os setores de capital, estratégicos, pagam maiores salários. Como a educação pública não é estratégica, ela é extremamente precarizada. Além disso, professores não somente ganham baixos salários, mas enfrentam altas jornadas de trabalho, enfrentam situações de periculosidade e insalubridade (violência escolar, urbana e falta de infraestrutura das escolas). Essa precarização das condições de vida dos docentes também afeta os alunos. Os alunos em sua grande maioria têm uma educação precária que os prepara para ocupar uma condição de trabalhadores precarizados do comércio e dos serviços ou de subempregados. Na grande maioria dos casos, serão integrantes do proletariado marginal urbano.

A oposição entre aluno e professor não é uma oposição de classe, nem mesmo de status. Mas muitos trabalhadores da educação se deixam enganar pela ilusão da “mobilidade social pela educação”, e simplesmente se iludem de que sua maior escolaridade muda sua condição de classe. As condições materiais descritas acima desmentem essa ilusão.

Por fim, as escolas vêm sendo geridas de forma autoritária e existe um processo de intervenção no trabalho do professor que visa reduzi-lo apenas a um executor de tarefas de avaliação, de maneira que o espaço de liberdade e autorealização têm sido expropriados e mercantilizados. A dimensão pedagógica da greve explicita a contradição de que o capital tenta reduzir o trabalho e alienar o professor. Ele impõe que os alunos tenham conhecimentos cada vez mais esquemáticos, expressando assim o sucateamento da educação.

Outro aspecto fundamental é o caráter de massa dessas categorias. Mais de 80 mil professores na rede estadual, mais uma centena de milhar nas redes municipais, mais de um milhão de estudantes no ensino fundamental e médio. Uma greve da educação (sem falar de uma greve da saúde) tem os sujeitos e as reivindicações para uma greve de massas, com capacidade para polarizar a sociedade e colocar em xeque as políticas neoliberais e desenvolvimentistas, especialmente assumindo um caráter nacional. Entretanto, essa greve não consegue assumir esse caráter, o que poderia prolongar o levante e levá-lo para níveis ainda mais radicais e profundos.

Por que isso não aconteceu nesse momento? Podemos apontar que em razão de contradições subjetivas, na própria relação da categoria com a ação coletiva, da relação entre direção e base, e da inexistência de uma autoconsciência de classe extensiva. Contradições de ordem objetiva, oriundas do próprio processo de trabalho também se colocam e impedem que as greves corporativas sejam superadas por

greves de massas e consequentemente aprofundem o desenvolvimento do poder popular.

A greve da educação do Rio de Janeiro abrange a base de um sindicato: o SEPE (Sindicato dos profissionais da educação do Rio de Janeiro). Esse sindicato representa docentes e servidores (merendeiras, inspetores, técnicos em educação e etc.) da rede municipal e estadual. A rede municipal não entrava em greve há 19 anos. Os professores da rede estadual declaram greve também em 8 de agosto.

Desde então uma luta das bases e da oposição sindical vem sendo travada contra a política burocrática e pelega da direção sindical. Essa luta começa nas assembleias de deflagração da greve. As greves foram deflagradas contra a vontade da direção sindical. Dessa forma, em vários momentos a direção do SEPE acusou a greve de dos professores da rede estadual de ter sido aprovada por “anarquistas e irresponsáveis”. Três ações da direção do sindicato mostram seu caráter burocrático e reacionário: 1) eles mantêm as assembleias de massa, dos professores do município e do estado separadas, dividindo a luta das categorias. Duas greves são realizadas paralelamente, mas a direção é contrária a unificação das assembleias das duas redes e da mobilização; 2) no primeiro ato radicalizado da greve, que se deu de forma espontânea, foi ocupado a sede do Governo Cabral e a direção do sindicato denunciou manifestantes e ficou ao lado da polícia (sendo que alguns diretores fizeram autocrítica pública na assembleia, outros cinicamente ignoraram essa traição); 3) a direção do sindicato sistematicamente tenta encaminhar a proposta de suspensão da greve nas duas redes, tendo manobrado datas de reuniões e assembleias, sendo que no dia 10 de setembro conseguiu suspender a greve da rede municipal. Essa greve já parte de um abalo do poder da burocracia, mas não suficiente para destruir essa burocracia.

Essa posição tem se refletido também nos atos de rua, de

maneira que a direção do SEPE rechaçou a participação e apoio dos Black Blocs e dos setores combativos até o mês de setembro. A mesma recusa em organizar a ação direta e o protagonismo massivo das bases. Dessa maneira, a categoria e as bases demonstram querer fazer a luta, mas a direção ou sabota essa luta, ou desorganiza a mesma. Isso ficou evidente com a ocupação da SEDUC no dia 04 de setembro em que o Comando de Greve conseguiu organizar a ação, mas sempre precisando travar uma luta ideológica e organizativa contra a direção do sindicato.

Os atos de outubro modificaram essa situação, já que o conflito da categoria com o Estado conseguiu levar o debate da autodefesa para as bases dos professores. Nesse sentido, a greve e as passeatas possibilitaram uma convergência entre as formas organizativas produzidas pelo levante e as lutas sindicais. A direção governista e reformista oscila entre a pressão da base no apoio a autodefesa e ação direta e a condenação dessas formas de luta e organização.

A categoria expressa sua insatisfação contra a direção do sindicato com manifestações explosivas. Essas explosões acontecem em atos de rua e assembleias, com denúncias, mas não se converte numa organização para tomar o poder sobre sua própria organização e destruir o poder da burocracia sindical. Essa insatisfação muitas vezes se converte numa vontade desorganizadora: não fazer mais greve, pedir desfiliação do sindicato. Essas pressões subjetivas levam assim não a derrubada do poder da burocracia, um dos pilares do poder do Estado, mas deixa sua estrutura intacta.

As pressões objetivas do processo de trabalho dificultam a organização dos profissionais da educação. Os baixos salários obrigam a que os profissionais tenham mais de um emprego e logo uma jornada longa de trabalho. Isso leva a deslocamentos dentro das regiões metropolitanas que consomem ainda mais e tornam a jornada mais extenuante. O

assédio moral e perseguição no local de trabalho completam o ciclo. Somada com as contradições objetivas do processo de trabalho, essas disposições subjetivas prolongam a desorganização estrutural e impedem o desenvolvimento do poder popular.

Porém, aqui é que reside a questão estratégica. Essa desorganização estrutural de uma categoria de trabalhadores de um serviço público essencial (como é a educação), mas precarizado e sucateado pela política neoliberal e desenvolvimentista, dificulta que uma greve de massas surja e que expresse um avanço do próprio poder popular. As formas organizativas surgidas em junho não conseguem dar conta dessa tarefa, é preciso novas formas de luta dentro do local de trabalho e o surgimento de uma nova militância.

Logo, temos a coexistência, de um lado, de formas organizativas embrionárias nas ruas e, de outro, de uma luta entre direções e bases dentro dos setores organizados. É preciso romper esse paralelismo e criar uma política de massas que de conta de todas as tarefas. Caso isso não ocorra, as formas organizativas das ruas ficarão sustentando um combate sem conseguir completar suas tarefas destrutivas de derrubar os governos (Cabral, Alckmin e companhia) e hegemonia das burocracias.

Não realizando essas tarefas destrutivas eles podem sofrer revezes no longo prazo e testemunharmos um prolongamento da vida da decrepita burocracia. Ao não conseguir cumprir suas tarefas destrutivas, elas podem também não conseguir cumprir suas tarefas construtivas e ficar numa encruzilhada histórica, como tem acontecido nas greves e acabar depois de grandes jornadas de luta gerando um vazio histórico no qual a burocracia e a reação imperam.

O caso das greves dos profissionais da educação do Rio de Janeiro pode ser generalizado. Uma situação muito similar pode se reproduzir em quase todas as categorias de traba-

lhadores no Brasil. Dessa maneira é preciso combinar tarefas de dois tipos distintos, para setores organizados e não-organizados, e expandir o processo de auto-organização.

AS TAREFAS DO PODER POPULAR: PREPARAR AS BASES ORGANIZATIVAS DA GESTÃO SOCIALISTA

As tarefas do poder popular hoje são duas. As tarefas destrutivas-constitutivas imediatas e as destrutivas-constitutivas para o próximo período histórico. Abdicar das primeiras significa cair no reformismo e oportunismo de direita. Abdicar das segundas é cair no oportunismo de esquerda e no vanguardismo, que não cria as condições para o desenvolvimento do poder popular.

As tarefas destrutivas de hoje são a destruição da hegemonia e das formas organizativas conservadoras e social-democratas, que emperram a luta. Destruição da hegemonia ideológica conservadora e burguesa, ampliando assim a autoconsciência de classe e sua expressão, a auto-organização. Do ponto de vista construtivo, é necessário criar novas formas organizativas, coordenar suas ações e expandir sua abrangência para os setores não-organizados do proletariado e promover a aliança dos trabalhadores do campo e da cidade. Por outro lado, para isso é preciso recolocar as reivindicações populares no centro da mobilização, reivindicações econômicas e políticas. Essa luta econômica e política material permitirá a massificação a organização de massas.

Mas não se trata apenas de lutar por reivindicações ou expressar insatisfações, trata-se de preparar condições de construção da sociedade socialista a partir das lutas de hoje. Ou seja, não adianta apenas intensificar o confronto e as ações espetaculares de combate de rua. Elas são educadoras e fundamentais, mas não atendem a todas as necessidades do desenvolvimento do poder popular. O poder popular

deve ser parte de acumulação de um processo revolucionário socialista. As organizações de luta do presente devem estar associadas ao desenvolvimento do socialismo.

O socialismo é a gestão da produção e da circulação pelos trabalhadores e pelos oprimidos no futuro pós-revolucionário. Hoje quais as formas que se preparam condições para essa gestão? O controle operário sobre a produção e dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Sem esse controle operário, que se exerce de forma temporária, nas greves de ocupação, na pressão sobre as taxas de lucro e na luta pela redistribuição de renda, não existem embriões do socialismo. Isso se estende para o controle dos serviços públicos, com a definição de novas prioridades e novas formas de intervenção (sobre saúde, educação, meios de comunicação). Significa que esses serviços não devem ser subordinados aos interesses do capital, mas aos interesses coletivos. O controle operário e a gestão de unidades e processos de produção e serviços agora são embriões dos futuros órgãos e processo de coletivização.

O socialismo é também o autogoverno na sociedade pós-revolucionária. Mas essa organização do autogoverno tem duas formas históricas principais, a comuna e o *soviet*. Essa organização horizontal de massas historicamente surgiu da ampliação para uma forma territorial da organização de tipo sindicalista revolucionária.

Para que o poder popular possa ser mais que um episódio heróico de protesto anticapitalista e antiestatista, ele precisa não somente ter a dimensão negativa e destrutiva que assumiu até agora, mas precisa assumir as tarefas construtivas de “desorganizar” os setores organizados (em sindicatos e partidos pertencentes à reação) e organizar os “desorganizados”, reunindo-os numa ampla organização de massas de tipo sindicalista revolucionária que possa assim elevar os já grandes ganhos organizativos surgidos do levante popular.

Nesse sentido, os anarquistas e revolucionários devem reconhecer que as tarefas do poder popular do momento são:

- 1) Desenvolver a organização dos setores não organizados, o proletariado marginal e os amplos setores do proletariado industrial, do comércio e rural;
- 2) Destruir as estruturas burocráticas e construir organizações de tipo oposição nos setores organizados.
- 3) Combinar as formas ideológicas, estratégicas e organizacionais surgidas no levante com a greve, dando as greves um caráter de massa e organizando-as a partir dos locais de trabalho estudo e moradia.
- 4) Intensificar as lutas e ações de rua, mas vinculando-as as lutas materiais das diferentes categorias e setores.

Essa linha deve se refletir nas greves e lutas das categorias. É fundamental que a intervenção na greve dos professores se de no sentido de enraizar a organização por local de trabalho, convencer os trabalhadores da necessidade de aumentar sua organização e não se afastar da organização, e dar as greves um caráter de massas. Ao mesmo tempo, usar as formas ideológicas, estratégicas e organizativas surgidas do levante. Por outro lado, os setores não organizados devem aprofundar sua compreensão do caráter global da luta, da necessidade de ter um programa de longo prazo e visualizar que sua ação de confronto deve se combinar numa aliança geral do campo e da cidade, como parte de um processo organizativo que exercita e prepara as condições para formas cada vez mais avançadas de organização anti-capitalista. Os anarquistas revolucionários devem assumir essas tarefas destrutivas e construtivas.

Anarquismo e violência: as tarefas e limites da tática “Black Bloc”

11 de novembro de 2013

Os militantes identificados como Black Bloc tem sido alvo de perseguições. A polícia, o Governo Dilma e Cabral tentam colocá-los na prisão como criminosos. Por outro lado, partidos como o PT, PSOL e o PSTU e as direções sindicais pelegas fazem o mesmo. Tentam fazer a crítica de que os Black Bloc “atrapalham” as ações de massa. Eles criam uma falsa polêmica.

O que é o Black Bloc? Quais seus limites e qual seu potencial transformador? É preciso em primeiro lugar observar a história. O Black Bloc é uma forma de luta que surgiu na Europa dos anos 1970 e 1980. Essa tática visava defender as “ocupações” (prédios abandonados que trabalhadores tinham transformados em centros comunitários). A polícia usava de extrema violência. Então os ativistas passaram a usar capacetes de moto e improvisar escudos para tentar impedir os despejos. Ou seja, o Black Bloc era um meio. O fim era a defesa de uma organização social contra à violência

policial e estatal. Mas foi nos movimentos contra à globalização nos anos 1990 que o Black Bloc se tornou conhecido no mundo. Agora, depois da crise de 2008, a tática Black Bloc tem sido difundida em vários países da periferia da Europa (Grécia, Espanha, Itália), África (Egito) e no Brasil.

Mas na realidade, essa não é a primeira forma de auto-defesa dos trabalhadores e povos oprimidos. Na realidade, no Brasil e no mundo já existiram várias formas e táticas de autodefesa e violência de massas. As principais formas eram a do sindicalismo revolucionário, que considerava a sabotagem, a resistência à polícia e a insurreição como o centro do seu repertório. Estes resistiam tanto nas manifestações de rua, quanto com formas clandestinas de organização. Muitos realizaram ações de guerrilha e ficaram conhecidos como expropriadores, porque expropriavam bancos para financiar a luta revolucionária.

Mas essas táticas não são exclusivas do levante popular de junho. Em várias situações, camponeses e trabalhadores rurais incendiavam canaviais e sedes de fazenda. Os operários destruíram o alojamento da empresa como protesto contra as péssimas condições de trabalho e destruíram a burocracia sindical. Logo, táticas de autodefesa e violência de massas não são nem novas, nem exclusivas do Black Bloc.

Então como podemos entender a crítica aos Black Bloc? Existe uma crítica burguesa. Essa acha que todos que lutam são criminosos. Mas existe também a crítica da esquerda oportunista que diz que os Black Bloc, por usarem da violência, afastam as massas da luta. Seu argumento se torna mentiroso por dois motivos: o surgimento da tática Black Bloc no Brasil acompanha a massificação do movimento. Massificação que os burocratas partidários e sindicais nunca tinha conseguido.

Por que a esquerda oportunista ataca o Black Bloc e toda a forma de violência de massa? Porque ela precisa mostrar

que respeita os limites da ordem burguesa, que jamais irão criar formas de organização que ameacem de forma real esse poder. Ou seja, a esquerda oportunista e os ricos e poderosos temem o povo, que o povo tente tomar o poder. Essa é a raiz do problema.

Nesse sentido, a tática Black Bloc é apenas uma dentro da história da luta dos trabalhadores. 1º: o Black Block é uma tática, sem essa tática, sem incorporar e defender essa tática não existe movimento revolucionário. A tática do Black Bloc e sua dimensão defensiva e ofensiva, devem ser integrados por uma estratégia revolucionária. A massa de trabalhadores marginalizados está nos ensinando e criando condições para mudanças sociais efetivas no Brasil. Sem o uso dessa tática, da violência de massas, não existe revolução nem ninguém pode se proclamar revolucionário.

Quais os limites da tática Black Bloc? Apesar do uso em países como Alemanha, EUA, Europa, em todo o Movimento Antiglobalização, não se conseguiu criar um movimento de derrubada do capitalismo. Somente a violência de massas, sem uma organização e um programa não é suficiente. Corre-se o risco de transformar o “meio em fim”. Ou ainda, como aconteceu com certos setores do Black Bloc nos EUA, considerar as ações de violência de massas como uma encenação, para satisfazer o desejo individual de expressão.

Mas também as organizações sindicais que não colocam o problema da violência de massas não conseguem ser um fator revolucionário sério. Grandes levantes populares como o do Equador em 1998, Argentina em 2001, Bolívia em 2005-2006 não assumiram essa estratégia e tática, foram integradas no capitalismo e não conseguiram realizar mudanças sociais.

Por isso é preciso e devemos evitar dois erros: o pacifismo contrarrevolucionário, que condena a violência de massas; e o mito da violência como um fim em si. Por isso

a tarefa é de uma organização de massas de tipo sindicalista revolucionário, que eduque, politize. Ao mesmo tempo que apoia as formas de autodefesa e luta nas ruas. E também que lute contra a burocracia sindical e dos partidos políticos. A tática Black Bloc precisa se integrar na Estratégia do Sindicalismo Revolucionário. Fora dele ela tende ao isolamento e enfraquecimento. Dentro dele ela se potencializa e potencializa a organização classista e combativa.

Em defesa dos black blocs: ampliar as táticas de resis- tência para toda classe!

27 de novembro de 2013

O cenário político atual apresenta uma série de elementos que nos servem de aprendizado, o povo mais uma vez saiu às ruas para construir seu próprio futuro. A velha burocracia partidária, eleitoreira, sindical, que por muito tempo amordaçou as lutas sociais, não conseguiu conter os milhares de trabalhadores e estudantes precarizados que foram as ruas protestar. Ao contrário do que muitos imaginavam, as jornadas de junho e julho reafirmaram uma grande verdade: que o povo brasileiro não é passivo, e que diante de muitos problemas sociais segue guerreiro combatendo as injustiças.

Dentro desse novo contexto e rearranjo social de grande efervescência política, algo que atraiu a atenção de vários setores da sociedade foi a tática de protestos urbanos conhecida como “Black Bloc”. Essa tática surge em meados da década de 1980, no seio do movimento autonomista da Alemanha ocidental, que através da ação direta ocupavam terrenos onde seriam construídas usinas nucleares. O mo-

vimento antinuclear ao se opor profundamente as usinas nucleares foi duramente reprimido pelas forças policiais. A partir de então, diante a ofensiva das forças repressivas do Estado, os militantes se organizaram para defenderem-se e contra-atacar, e assim resistir em seus espaços de autonomia. Assim, surge a tática “Black Bloc”, como aponta o sociólogo norte-americano George Katsiaficas, em seu livro: “The Subversion of Politics – European Autonomous Social Movements and the Decolonization of Everyday Life”.

No Brasil não foi diferente, a tática Black Bloc manteve sua principal característica: resistir à ofensiva do Estado capitalista, e defender as manifestações do terrorismo de Estado exercido cabalmente pela figura da polícia. Ao passo que cresciam as manifestações em junho, o número de encapuzados que lutavam ao lado do povo para defender as bandeiras de uma sociedade igualitária também aumentava. Hoje, com a diminuição da onda de protestos que sacudiu o país, alguns Estados, em especial o Rio de Janeiro, segue com as chamadas incendiárias deixadas pela jornada de junho e julho.

No entanto, existe a necessidade de refletirmos sobre essa tática, justa e necessária que é o Black Bloc. Não é novidade nenhuma que a juventude por trás das máscaras, que ousam lutar, carregam consigo uma admirável disposição para enfrentar as mazelas que perpassam gerações. Todavia, a ação direta deve cada vez mais estar enraizada nas categorias de base da classe trabalhadora, para que ganhe em volume e qualidade. É necessário que todos militantes revolucionários, que visam a transformação radical da sociedade, nos organizemos por locais de estudo, moradia e trabalho preparando nestes espaços as ações diretas de massas.

Precisamos ser capazes de organizar os setores que ainda estão desorganizados, derrubar as burocracias sindicais que ainda permanecem encasteladas e construir oposições que as derrotem, dar caráter de massa as greves, e assim, combiná-

-las com a ação direta e as frentes de defesa e resistência cujo Black Bloc tem um papel fundamental. Somente com organização avançaremos, de agora em diante é necessário intensificar a luta, com disciplina para que não sejamos engolidos pelo brutal aparelho repressivo contra o qual lutamos.

É BARRICADA, GREVE GERAL,
AÇÃO DIRETA É O QUE DERRUBA O CAPITAL!

O que é o anarquismo?

27 de novembro de 2013

Desde junho de 2013 as TV's, Jornais e revistas vêm fazendo uma campanha de difamação. Acusam os trabalhadores, estudantes e a juventude de “vandalismo”. Taxam os que estão nas ruas de criminosos. Mas entre estes um alvo tem sido priorizado: os anarquistas. Desde junho a revolta popular cresce e com ela a perseguição aos anarquistas.

Nesta campanha estão juntos os grandes jornais e redes de televisão. O Governo Federal, Estadual e os Partidos de Direita (PSDB, PMDB e toda a corja restante). Também os ditos de “esquerda” (PT, PSOL, PSTU PCdoB). A Revista Veja (órgão de calúnia e difamação oficial a serviço dos ricos e poderosos) fala: *“Anarquistas: os organizadores do caos nas passeatas”*. O Jornal O GLOBO faz a campanha *“PF investiga atuação de grupos anarquistas baseados no Rio”*. O PSTU (partido “de esquerda”) abriu uma campanha desde junho contra os anarquistas, acusando os anarquistas de “vândalos” e depois atacando de todas as formas os “Black Bloc”.

Não é por acaso que todos os partidos de esquerda e direita, a grande mídia e o Estado atacam os anarquistas. Mas não é porque os anarquistas realizam atos de violência.

Ninguém é mais violento que a polícia, não só nas manifestações, mas nas praças, favelas e ruas e campos do Brasil. Nem porque os anarquistas levam o “caos” às ruas (os governantes e empreiteiros já fazem isso).

Eles combatem o anarquismo porque o anarquismo representa uma alternativa de luta e organização para todo o povo. O que é, então, o anarquismo?

A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO: AS IDEIAS ANARQUISTAS

“*Anarquia é Ordem, Governo é Guerra Civil!*” Essa ideia foi formulada pelo pensador anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon. O pensador e revolucionário anarquista russo Mikhail Bakunin defende: “*liberdade sem socialismo é privilégio e injustiça; socialismo sem liberdade é escravidão e brutalidade*”. Essas duas frases expressam as principais ideais do anarquismo. O anarquismo luta pelo socialismo, ou seja, pela igualdade, contra a pobreza e exploração.

O anarquismo quer acabar com as injustiças sociais e econômicas. O anarquismo também luta pela liberdade dos trabalhadores e dos povos oprimidos pelas ditaduras e falsas democracias.

Os anarquistas levaram suas ideias à prática através de duas maneiras. Através das organizações de defesa dos trabalhadores (sociedades de resistência, cooperativas e sindicatos) e também através das organizações revolucionárias.

Nesse sentido, a igualdade era praticada na luta diária contra a pobreza, a exploração. Como? Reivindicando maiores salários, menores jornadas de trabalho e direitos iguais para homens e mulheres. Os anarquistas ajudaram a construir os sindicatos e organizações de luta dos trabalhadores em diversas partes do mundo. Na Europa, nos Estados Unidos da América, no Brasil e América Latina.

Na defesa da justiça e da igualdade os anarquistas lutaram contra bancos, empresas, indústrias que sempre exploraram os trabalhadores. Os anarquistas também defenderam a liberdade dos trabalhadores. Os ricos e poderosos sempre defenderam sua própria liberdade. Mas sempre que o povo luta, os ricos e poderosos suprimem a liberdade com autoritarismo e prisões.

Como acontece hoje no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, a polícia usa e abusa do poder. Mata à vontade. A liberdade de votar é uma piada. As milícias, a PM e as prisões e execuções sumárias mostram que não existe liberdade para o povo.

Ao mesmo tempo, há guerra nas favelas contra os pobres, e guerra nos campos. Uma guerra de extermínio. Dezenas de indígenas e trabalhadores rurais são assassinados. Milhares de jovens pobres são executados pela polícia todos os anos. Existe uma guerra do Estado contra o povo.

Os anarquistas querem a Paz, e isso significa que é preciso Luta. Luta para desarmar os opressores, para impedir que sua violência fique impune. Assim os anarquistas lutaram e lutam contra Monarquias, Ditaduras e Governos autoritários, sempre indicando que os trabalhadores tem a capacidade política de governar a sociedade.

Lutam por paz, justiça e liberdade. E também lutaram e lutam pelo fim do capitalismo, construindo uma sociedade igualitária, sem exploração. Justiça e Liberdade, essas são as ideias que os anarquistas levam na prática na sua luta. Mas como os anarquistas agem?

A POLÍTICA DOS ANARQUISTAS: AÇÃO DIRETA, A GREVE GERAL E A REVOLUÇÃO POPULAR

Os anarquistas entendem que a sociedade é dividida em

classes. Uma classe controla a riqueza e o poder, econômico e político. Essa classe dominante explora e oprime os trabalhadores. Essa classe controla o Estado, os bancos, a polícia, as prisões, o sistema de ensino. O único meio que a classe oprimida tem para manter seus direitos e interesses é sua luta e organização.

Por isso, os anarquistas entendem que essa classe oprimida (composta pelos trabalhadores do campo e da cidade, pelos pobres, negros e indígenas) deve lutar para defender seus direitos, pois nenhum Governo o fará. Essa visão de mundo é sintetizada no conceito de ação direta.

Ao contrário do que tem sido divulgado, e do que muitos pensam, ação direta não significa apenas “destruir ou confrontar” (é isso também, mas não só isso). Segundo um grande sindicalista revolucionário francês *“A ação direta é uma noção de tal clareza, que é definida e explicada por sua própria declaração. Significa que a classe trabalhadora, na reação constante contra o meio ambiente atual, não espera nada de homens, ou poderes superiores a sua força, mas ele cria suas próprias condições de luta em si mesmo e chama os seus meios de ação (...) A Ação Direta implica que a classe trabalhadora invoca noções de liberdade e autonomia, em vez de se dobrar ao princípio de autoridade, pivô do mundo moderno – e o democratismo sua última expressão – por meio do qual seres humanos, acorrentados por mil laços, tanto morais e materiais, são castrados de qualquer possibilidade de vontade e iniciativa”*.

Quer dizer, a ação direta significa que os membros da classe dominada tomaram consciência que precisam agir; que não devem esperar sua libertação de líderes, Partidos ou Governos “salvadores”. Não esperam nada da farsa eleitoral “democrática”. Ação direta expressa que os trabalhadores saíram do estado de apatia e passaram a ação. E isso exige organização e estratégia, objetivos pelos quais lutar e métodos coletivos.

Já que não é através de governos, como conseguiremos as mudanças que queremos? A política da ação direta dos anarquistas é guiada por dois objetivos. Os objetivos imediatos de melhorias parciais das condições de vida, aqueles que podem ser conquistados dentro da sociedade capitalista. E o seu objetivo maior, que é a derrubada da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista, que depende de uma revolução e da tomada do poder pelo povo. É a Liberdade e Igualdade para todos os trabalhadores.

Quais são os objetivos que lutamos dentro da sociedade capitalista? Melhores salários, direitos iguais, distribuição de terra. Hoje defendemos o passe livre e o transporte coletivo, a educação e saúde pública, melhores condições de trabalho nas escolas para professores e estudantes. Este programa reivindicativo visa orientar a luta e organização e a criação do poder coletivo da classe oprimida. Por isso vamos às ruas, por isso atuamos nas lutas dos sindicatos e nas greves.

Como lutamos? Lutamos através de protestos, ocupações, passeatas. Mas o momento mais importante da política dos anarquistas é a greve geral. É quando os trabalhadores se lançam numa luta coletiva nacional para parar a produção e mostrar sua força. A greve geral exige um alto grau de organização. Ela eleva o nível e consciência. “A luta educa”, por isso a rua é a escola dos anarquistas.

A greve geral mostra a força da classe dominada e dos trabalhadores. Ao mesmo tempo ela obriga os patrões e governos a ceder. Como aconteceu em 2013 em que os protestos forçaram a redução das passagens dos transportes coletivos com o levante popular. A greve geral potencializa ainda mais essa força popular.

A greve geral se opõe a estratégia de eleger deputados, vereadores, presidentes. Ao invés dos trabalhadores prepararem candidatos para eleições, os anarquistas entendem que eles devem investir suas energias nas greves e lutas.

Significa que acreditamos que somente pelo poder popular, que somente apostamos no desenvolvimento da força coletiva dos oprimidos em luta contra o capitalismo e o Estado.

Mas os anarquistas não lutam apenas por conquistas para hoje. Não lutamos apenas por um programa reivindicativo. Lutamos por uma nova sociedade. Por isso entendemos que esse programa revolucionário exige o fim do Estado e do capitalismo. Nós queremos o autogoverno dos trabalhadores e dos oprimidos e o socialismo. Esse programa máximo defende para a sociedade revolucionária:

1) que todas as terras que hoje são concentradas nas mãos de empresas, nacionais e estrangeiras, serão distribuídas justamente entre os trabalhadores rurais e povos tradicionais:

2) todas as empresas estrangeiras e nacionais privadas (fábricas, bancos, serviços financeiros, hotéis) que exploram recursos naturais e atividades econômicas serão coletivizadas, não serão mais propriedade individual ou de corporações, pertencerão aos trabalhadores e não funcionarão só para dar lucro, mas para atender aos interesses públicos e sociais;

3) todas as instituições políticas e policiais (cartórios, bancos, prefeituras, câmaras legislativas serão destruídas e extintas), todas as dívidas de trabalhadores e pessoas pobres serão canceladas;

4) as prefeituras, câmaras de vereadores e o congresso nacional, centros de corrupção, são extintos. O governo deixa de ser patrimônio dos ricos e poderosos e serão substituídos por Conselhos Populares, com representantes eleitos nas organizações populares para um Congresso do Povo. Os representantes eleitos deverão seguir as decisões dos conselhos de base; deverão receber um salário mínimo nacional e não terão privilégios especiais

como acontece hoje.

5) Tomar todo o sistema educacional, de saúde, transporte e serviços públicos, acabando com o domínio do capital privado e garantindo que toda a população tenha acesso gratuito a esses serviços.

Esses são os principais pontos de nosso programa. Essa revolução é possível? Sim. Temos um longo caminho, mas o primeiro passo começa com a organização e a luta popular hoje. Os anarquistas acreditam então que o povo deve continuar lutando e aperfeiçoando sua organização.

Quando essa organização alcançar um nível superior, nacional, geral ele consegue realizar a revolução e coletivizar as terras, as indústrias, o sistema financeiro criando o seu autogoverno. Por isso o Estado, a mídia e os partidos mentem e acusam os anarquistas. Porque eles são uma ameaça a seus privilégios e seus crimes.

TODO O PODER AO POVO!
VENCEREMOS!

A União Popular Anarquista (UNIPA) é uma organização política revolucionária bakunista fundada em 2003. A UNIPA luta pelo socialismo no Brasil e libertação dos povos no mundo. Como Bakunin, entendemos “que a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade”. A sociedade socialista será resultado da força de uma Revolução: da ruptura e destruição do Estado e capitalismo. A estratégia revolucionária da UNIPA aponta que a ação direta das massas e a luta de classes são as únicas capazes de realizar conquistas imediatas e futuras para a classe trabalhadora. Não basta o povo ser maioria. Esta força precisa de organização para ser real e vitoriosa. Defendemos a organização de Sindicatos, Movimentos e Federações Autônomas. Estes devem lutar por melhores condições de vida e trabalho hoje e são o embrião do poder da sociedade futura. Para isso, convidamos trabalhadoras e trabalhadores para unir esforços com a UNIPA a partir da unidade teórica, programática e estratégica pela Revolução Social.

Conheça, participe, construa:
UNIAOANARQUISTA.WORDPRESS.COM

O PRESENTE LIVRO FOI COMPOSTO NAS FONTES
AMIRI (TEXTO) E AXIS (TÍTULOS E SUBTÍTULOS)
NAS GRÁFICAS DA EDITORA TERRA SEM AMOS,
EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DO LEVANTE
DOS MARGINALIZADOS DE JUNHO DE 2013.
NOVOS JUNHOS VIRÃO!

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de Pró-núcleos da UNIPA por todo o país.

Além da propaganda, os Pró-núcleos da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e

companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

Pela construção da Revolução Proletária Socialista!

**Entre em contato:
unipa@protonmail.com
uniaoanarquista.wordpress.com**

